



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0012/16	DATA: 16/02/2016	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 15h09min	TÉRMINO: 17h10min	PÁGINAS: 63
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Presidente do Trendbank S.A. Banco de Fomento.			
SUMÁRIO			
Tomada de depoimento.			
OBSERVAÇÕES			
Houve intervenções ininteligíveis.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Declaro aberta a 36ª reunião ordinária da CPI dos Fundos de Pensão.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Presidente, solicito a V.Exa. a dispensa da leitura da última ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Está dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Marcus Vicente.

Está em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação a ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.).

Está aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para se tomar o depoimento do Sr. Adolpho Júlio da Silva Mello Neto, Presidente do Trendbank, que está presente, e do Sr. José Antônio Sobrinho, Presidente da Engevix.

A assessoria da Presidência da Comissão me informa que o Sr. José Antônio Sobrinho apresentou o atestado de óbito da sua irmã, portanto não poderá comparecer a esta reunião.

Convido o Sr. Adolpho Júlio da Silva Mello a tomar assento à mesa, e agradeço ao seu representante legal, Dr. Roberto Podval, a presença. Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para o procedimento que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos e não poderá ser apartado durante esse período.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à secretaria. O Relator, Deputado Sergio Souza, a quem cumprimento, disporá de 30 minutos para fazer suas interpelações. Os Sub-Relatores, os quais também cumprimento, disporão de 10 minutos para fazer suas interpelações. E cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para fazer suas interpelações. Cumprimento a todos os Deputados e Deputadas presentes.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente um termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, cujo teor solicito ao depoente que leia.



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Com a palavra ao Sr. Adolpho Júlio da Silva Mello Neto, por 20 minutos, para fazer sua exposição a esta CPI.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Boa tarde! Meu nome é Adolpho Mello. Estou completando 72 anos de idade. Trabalhei toda a minha vida, desde 1960, no mercado de capitais. Iniciei minhas atividades ainda na egressa SUMOC, antes Banco Central. Trabalhei na Bolsa Oficial de Valores, na época em que os corretores de valores eram nomeados de forma cartorária. Iniciei atividade do TREND BANK, que é o assunto em pauta hoje, em 1977, há praticamente 40 anos. Tivemos uma trajetória impecável até o evento que hoje me chama aqui, ocorrido há dois anos e meio, três anos, decorrente, enfim, de eventos de liquidez que o mercado trouxe a todos que nele trabalhavam. Estou pronto para responder às perguntas que houver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - O som não está bom. Eu peço à técnica que melhore o som.

Sr. Adolpho, por favor, fale novamente. Parece que ninguém entendeu o que V.Sa. disse, tendo em vista que o som está muito ruim. Então, eu peço à técnica que melhore o som. Assim, V.Sa. pode novamente iniciar sua fala, para que nós passemos às perguntas do Relator.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Alô, alô. Melhorou?
(Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Melhorou.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Meu nome é Adolpho Mello. Eu estou completando 72 anos de idade este ano. Comecei a trabalhar no mercado de capitais, onde atuei toda a minha vida, até hoje, no ano de 1960. Na época ainda da Bolsa Oficial de Valores com os corretores oficiais de valores, que eram nomeados ainda de forma cartorária. Fui membro de primeira leva da BOVESPA, quando ela foi constituída. Trabalhei na BOVESPA com uma corretora por mim constituída, durante aproximadamente 10 anos. Em 1977, iniciei as atividades no TREND BANK, motivo pelo qual eu estou hoje aqui, praticamente 40



anos de história sem nunca ter havido qualquer tipo de evento, à exceção do último que ocorreu há aproximadamente dois anos e meio, decorrente de todos os problemas que ocorreram com a economia do País, uma falta de liquidez gigantesca, que realmente nos obrigou hoje a praticamente encerrar a nossa atividade. É basicamente isso. Não tenho necessidade dos 20 minutos. Estou pronto para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Passo a palavra ao ilustre Relator, Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Boa tarde a todos! Sejam todos bem-vindos à retomada, ao reinício dos trabalhos desta CPI. Realizamos uma reunião há 15 dias, quando o depoente se reservou ao direito de permanecer calado. No entanto, tivemos a oportunidade de colocar as nossas negações.

É muito importante, Sr. Adolpho, a vinda de V.Sa. a esta Comissão. Quem bom que veio disposto a conversar com a Comissão! Esta é uma casa da representação do povo brasileiro. E esta Casa, entre outras funções, tem o poder da investigação, o poder da fiscalização e da proteção do patrimônio do povo brasileiro, dos beneficiários dos fundos de pensão. (*Palmas.*) A FUNCEF, a PETROS, a POSTALIS e a PREVI estão sempre presentes nesta Comissão.

V.Sa. está nesta Comissão em face de aportes feitos pela POSTALIS e pela PETROS no FIDC, que tinha como objetivo a compra de direitos creditórios, ou seja, de dívidas. E essas dívidas seriam, no futuro, pagas no valor real. Ou seja, comprava-se uma dívida por um valor abaixo do que realmente ela era. E quando se recuperava a dívida, pagava-se o valor real. Aí, estaria o ganho prometido.

Esse FIDC foi constituído com patrimônio, salvo engano, de 400 milhões de reais, sendo 50 milhões do POSTALIS, 23 milhões da PETROS. São, então, 73 milhões dos fundos investigados por esta Comissão. O restante aí tem fundos próprios de previdência e tem outros investidores.

Primeira pergunta que faço a V.Sa.: eu gostaria de saber como é que foi constituído esse FIDC e como é que vocês fizeram a captação desses recursos.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Perfeitamente, Sr. Relator. O FIDC foi constituído nas formas padrões. Até o advento do FIDC no mercado, nós operávamos como uma empresa de *factoring*, única e exclusivamente



procedendo exatamente da forma que o Sr. Relator acabou de esclarecer. Com o advento do FIDC, nós criamos um FIDC com um período, com um prazo de vencimento de 10 anos, abrimos uma primeira série, que foi uma série de 100 milhões de reais. Nós tivemos subscrição integral pelo Banco de Desenvolvimento da Coreia dos 100 milhões de reais, e, posteriormente, fomos buscando captações no mercado, abrindo evidentemente séries subsequentes, até o momento de chegarmos ao valor maior do fundo, no *top* dele, que foi de aproximadamente 400 milhões. Entre os investidores que nós tivemos, como o senhor falou propriamente, está incluído o POSTALIS, com um total de 60 milhões de reais, e não 50.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sessenta.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sessenta milhões de reais. E a PETROS, com 23 milhões e quebrado...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mais algum fundo de pensão?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Vinte e três milhões e quebrado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Além da PETROS e do POSTALIS, mais algum fundo investiu?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, não, não. Fundos, não. São simplesmente os dois.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, mas fundos de pensão? Ah, sim. Daí foram as previdências próprias, não é?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Previdências privadas tivemos algumas, com valores unitariamente menores, mas, enfim, fundos de pensão foram somente esses dois.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O.k. E aí? Como é que eram feitas as operações?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Relator, só para checar a informação. Existem institutos estaduais e municipais que investiram no fundo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, isso sim. Mas eu estou dizendo...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sim, Exa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mais algum fundo de previdência estatal...



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - São fundos de previdência na forma de instituição.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sim, Excelência. Existem fundos privados... Perdão, existem fundos municipais e fundos estatais. Como a pergunta foi referida especificamente a esses dois, eu procurei me concentrar neles.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como vocês fizeram a captação desse recurso junto aos fundos de pensão?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sobre esses dois casos especificamente o senhor me pergunta?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Bom, enfim, era de uma forma geral. Nós tínhamos um departamento de captação dentro do Trendbank, que era composto de algumas pessoas que tinham por objetivo a busca de investidores. Os fundos de pensão são investidores tradicionais nesse segmento, e, evidentemente, eles eram assediados não só por nós, mas por todo o mercado. Habitualmente, faziam-se feiras, onde nós nos fazíamos presentes mostrando o produto. Constantemente nos comunicávamos com os diversos fundos, propondo o produto, oferecendo a remuneração que o produto oferecia, mostrando como ele era constituído, e assim por diante. No caso do POSTALIS, especificamente, nós tivemos uma abordagem, em uma dessas feiras, provavelmente em São Paulo, apresentamos, a pedido deles...

(O Deputado Efraim Filho assume a presidência. Palmas.)

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Boa tarde a todos. Desculpe o atraso. Eu estava cumprindo uma agenda ali impreterível, e sei que estava muito bem representado pelo Paulo Teixeira e pelo Relator Sergio Souza. Devolvo a palavra ao Dr. Adolpho.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Boa tarde, Sr. Presidente. Eu estava no caso do POSTALIS, perfeitamente. Nós, então, encaminhamos toda a documentação ao POSTALIS, que se mostrou interessado na



aplicação do fundo, convocou representantes do Trendbank a comparecerem pessoalmente a um comitê do POSTALIS — eu não estive presente. Estiveram presentes o diretor estatutário e o nosso tesoureiro na época —, fizeram a apresentação do fundo, responderam... Evidentemente, isso está registrado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem do POSTALIS convocou?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Como?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem do POSTALIS convidou vocês?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu não posso lhe precisar quem, mas com certeza isso está registrado em ata no POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor é o Presidente do Trendbank?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu sou o Presidente do Trendbank.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sempre foi?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sempre fui.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o senhor toma conhecimento de todos os investimentos desse FIDC ou não?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nesses casos, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o senhor não se lembra quem do POSTALIS investiu 60 milhões que convocou vocês?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não. Quem investiu foi o POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim. Mas quem do POSTALIS fez o contato? O senhor não se lembra.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não. Quem do POSTALIS fez contato eu não me lembro. Eu não participava diretamente disso. Eu evidentemente participei, fui comunicado...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem da sua equipe participava disso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nós tínhamos um departamento de captação.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual era o responsável pelo departamento?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O responsável pelo departamento de captação? Nós tínhamos diversas pessoas. Pedro Torres foi um dos nossos gerentes de captação. Eu não me lembro. Nós estamos falando de anos atrás.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não. Faz 2 anos, 3 anos isso. O senhor não...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não. Quando o investimento foi feito foi em 2010, o investimento do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Há 5 anos. O senhor não lembra qual foi o diretor da sua empresa que...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Lembro. Esse eu lembro, sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, qual o nome do diretor?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Cesário Ramalho, Cesário Ramalho.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Cesário Ramalho.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Cesário Ramalho, Diretor Superintendente. Claro, eu não me lembro quem foi a pessoa do POSTALIS que fez a convocação. Eu acho que havia entendido mal a sua pergunta. Perdão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Então, pode continuar.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Cesário Ramalho, que é nosso Diretor Superintendente, e Francisco Pandolfo, que era o nosso Tesoureiro na época. Os dois tiveram no Comitê do POSTALIS, responderam as perguntas que lhe foram perguntadas, e posteriormente o POSTALIS determinou esse fluxo de investimento. O fluxo de investimento tinha que respeitar um percentual sobre a totalidade da série. Então, ele foi parcelado em agosto de 2010. Hoje o investimento é de 16 milhões e 111; em dezembro de 2010, hoje o investimento é de 5 milhões e 900; e em março de 2011, foi o último, de 1 milhão e 844. Isso completou o valor que nós mencionamos de 23.892. Eu tenho convicção, por premissa, claro, que o



que ocorreu neste Comitê deve estar registrado detalhadamente nos anais, nos registros do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vocês captavam o dinheiro para investir, então, num direito creditício ou numa dívida que vocês adquiriam de alguém. Como o senhor tinha uma *factoring*, como disse anteriormente, o senhor trocava cheque, trocava promissória e tudo o mais. Os valores das promissórias que o Trendbank aportou na garantia eram correspondentes ao valor dos créditos no FIDC?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sim, sempre.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E em todas as promissórias havia a devida assinatura, reconhecimento, a garantia?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sim, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós tivemos aqui notícias de que em boa parte das promissórias não havia nem mesmo assinatura e também eram de valores inferiores ao valor dos créditos.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, Sr. Relator, até porque eu gostaria de lhe dar um detalhe técnico. No momento em que o crédito era aprovado num comitê nosso interno, esse crédito era formalizado, e nós encaminhávamos toda a documentação para o nosso administrador no caso, por quem nós éramos contratados. O administrador tem por obrigação a checagem.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem era o administrador?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - No caso, nós tivemos duas. Nós tivemos primeiro... a última foi a PLANNER e a anterior foi a PETROS. Perdão, PETRA, nome semelhante.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - PETRA?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - PETRA. Exatamente. Então, o administrador checava essa documentação toda. Depois do administrador — ou seja, nós não tínhamos o poder da caneta —, a operação era liberada pelo administrador. Nós encaminhávamos essa documentação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. A guarda dos documentos, das promissórias...



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - A guarda dos documentos é... Isso é estatutário. A guarda dos documentos é obrigatoriamente feita pelo custodiante, é a terceira pessoa. Eu ia chegar lá. Então, nós encaminhávamos essa documentação toda para o nosso administrador. Uma vez essa documentação estando em ordem, o nosso administrador encaminhava essa documentação para o nosso custodiante. Os nossos custodiantes foram dois: Deutsche Bank e o Banco Santander. Quem pagava a operação, quem liberava os recursos após conferência era o custodiante. Nós não tínhamos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Liberava os recursos para o dono da dívida.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Para o financiado, para o financiado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Para o financiado.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Quem tinha o poder de liberação dos recursos era o custodiante. Nós nunca tivemos o poder da caneta. A própria estrutura dos FIDCs não permite.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nesse FIDC, com essa metodologia de operação, vocês conseguiram captar no mercado 400 milhões de reais, aproximadamente.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - No total, foram 400 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o que aconteceu com esses 400 milhões de reais?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Esses 400 milhões de reais, uma parte deles foi resgatada. Foram feitas solicitações de resgate no decorrer do fundo...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto foi resgatado?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Como?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto foi resgatado?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Então, eu ia chegar aí. No caso que nós estamos em pauta agora, no caso do POSTALIS, foram



aproximadamente 33 milhões de reais. No caso da PETROS, foram 9 milhões de reais, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nove.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nove da PETROS.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - E 33 do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E 33 do POSTALIS.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aí nós temos uma diferença de 27, uns quarenta e poucos milhões.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - É, nós temos 50%, mais ou menos, do valor do investimento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - 40% foram...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Cinquenta por cento foram resgatados, aproximadamente; 53% — eu tenho anotado aqui —, 53% no caso do POSTALIS e 40% no caso da PETROS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É, aproximado disso. E o restante?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O restante? Bom, outros resgates foram feitos. O Banco da Coreia recebeu, praticamente, 70 milhões, e assim por diante.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem recebeu 70 milhões?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O KDB, Banco de Desenvolvimento da Coreia.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E quanto que ele tinha de crédito?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Cem milhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E ele recebeu 70%? Por que esse tratamento diferencial entre os fundos de pensão e um banco privado?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Porque houve a solicitação de resgate dele anterior às solicitações de resgate do POSTALIS e às solicitações de resgate da PETROS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bem.



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Essas foram solicitações de resgate deles, naturais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tudo bem.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não foi um resgate a partir de nós, foi a partir deles.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o restante que ficou para trás? Aí, no caso, 27 milhões do POSTALIS e 14 milhões da PETROS.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Quando nós chegamos... Realmente, num determinado momento, nós fomos surpreendidos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E sem nenhum lucro que foi oferecido, não é? Foi oferecido que haveria um lucro razoável.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - É.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sem falar das perdas mínimas do cálculo atuarial, que é 6% em média...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Concordo com o senhor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sem falar nisso, além disso, tiveram um prejuízo médio de 50%. O que aconteceu com esses 50%?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O fundo continua sendo... continua... o fundo continua sendo gerido e continua sendo cobrado. Num determinado momento, a constituição do fundo exigia que nós gestores tivéssemos, no mínimo, 20% do valor total do fundo em contas subordinadas. Essas contas subordinadas servem, na realidade, como para-choque de risco para os outros investidores que investem nas cotas seniores. Nós tínhamos subscrito esses 100 milhões de reais, que, evidentemente, incorporaram integralmente. Nós tínhamos que manter esses 100 milhões de reais intactos, porque toda a vez que caísse abaixo desse nível decorrente de uma iliquidez de algum cliente financiado, o fundo teria eventos de liquidação. Nós fizemos, diante da indústria de recuperações judiciais que ocorreu no Brasil e de todos os problemas de crédito, que todo o sistema bancário está tendo — a gente lê nos jornais todos os dias, todo mundo está cansado de saber disso. E, naquele momento, nos pegou totalmente de surpresa —, aportes periódicos, para que não houvesse eventos de liquidação no fundo. Até que chegou num ponto que nós não tínhamos mais recurso, era impossível. Então, nós



solicitamos ao administrador, que era “o nosso xerife” — entre aspas —, que convocasse uma assembleia para que nós apresentássemos aos demais cotistas, ou a todos os cotistas, o que estava ocorrendo. A assembleia foi chamada. Nós apresentamos, colocamos o nosso cargo de gestor à disposição, eles ficaram de estudar. Houve uma segunda assembleia, e nós fomos substituídos por um novo gestor, naquela época, Evocati e, depois, foi substituído por um segundo, que é o gestor que prevalece até agora. Esses novos gestores assumiram o fundo e, a partir do momento em que eles assumiram o fundo, nós paramos de receber informações. Eu não sei o quanto mais ocorreu nos últimos 2 anos. Eu não sei como andam as cobranças, eu não sei o que eles têm cobrado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Há alguma ação judicial, alguma investigação da Polícia Federal, do Ministério Público?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Existe uma ação judicial. Na realidade, essa ação judicial é uma ação cível, e ela tem uma finalidade indenizatória. O gestor, em conjunto com os cotistas, moveu uma ação em que eles solicitam 400 milhões de reais de indenização. E esta ação é movida contra todos os componentes do fundo. Ou seja, Banco Santander, Deutsche Bank, PLANNER, PETROS e Trendbank.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o senhor sabe em que nível, em que estágio está essa ação?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nós ainda não fomos citados. Essa ação é uma ação recente, ocorreu agora no final do ano passado, nós devemos estar sendo citados em breve.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor acha que essa ação é fruto do fato da existência desta CPI? O senhor tem incentivado?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Perdão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A existência da CPI pode ter influenciado na origem dessa ação?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, eu acho que, na realidade, o que originou a ação...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Fazia 2, 3 anos, e não havia tomado nenhuma providência judicial?



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, mas eles demoraram porque tiveram que se compor. Eu acho que é um processo... é um processo que não é um processo fácil. E, na realidade, eles tiveram que coordenar isso com todos os cotistas — que também não é fácil, as linguagens são diferentes. E, na realidade, a grande motivação da ação é a razão indenizatória. Eles estão em busca de uma indenização milionária. Essa que é a verdade. Daí, inclusive, ela estar sendo pintada com cores muito fortes todo o tempo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós temos a notícia de que a maior parte das irregularidades, ou boa parte das irregularidades, levava ao não saldamento desses títulos de crédito, porque esses títulos de crédito tinham falhas gritantes na origem: assinaturas nas suas notas promissórias, da devedora no contrato. Ela não assinou o contrato do que devia. Ela captou os recursos, recebeu os recursos do banco, quando ela colocou lá o seu título de crédito, mas ela não assinou nenhum documento dizendo que ela era devedora; a ausência de contratos, a ausência de recibos dessas dívidas, as duplicatas que não foram assinadas, e assim por diante. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu tenho a dizer, mais ou menos, o que eu já lhe disse, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor disse quem era a responsável. Mas eu estou perguntando se o senhor tem conhecimento desses fatos.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, não tenho conhecimento desses fatos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor nunca ouviu dizer sobre isso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu já ouvi dizer nos processos que foram colocados. O primeiro relatório que foi feito, Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Só lembrando que o senhor está sob juramento e, como testemunha, o senhor não pode mentir a esta CPI, sob pena...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Absolutamente claro, sem nenhuma sombra de dúvidas. Num primeiro momento, logo após o encerramento das atividades do fundo, os novos gestores fizeram um trabalho e



protocolaram esse trabalho na CVM, onde eles apontaram inúmeras falhas. Nós tomamos conhecimento do trabalho, porque nós recebemos dos próprios gestores uma cópia desse trabalho. Respondemos à CVM de livre e espontânea vontade, porque não fomos até hoje interpelados pela CVM a esse respeito. Porém, as respostas já foram dadas há aproximadamente 1 ano. É um trabalho de 500 páginas que eu posso disponibilizar para esta Comissão a hora que o senhor quiser. O meu advogado está aqui para lhe entregar a hora que o senhor achar conveniente, se achar conveniente. Todas as explicações técnicas, com os mínimos detalhes a respeito desse levantamento, foram esclarecidas nas respostas que nós demos. E o segundo dado, Sr. Relator, é como eu lhe falei: se as documentações tivessem esse nível de falha, nós temos auditoria a cada 3 meses. Auditoria com auditores internacionais. Os recursos eram liberados, primeiro, pelo Deutsche Bank, depois pelo banco Santander. Eles pagavam, eles tinham a obrigação de verificar essa documentação antes de pagar. Se houvesse falhas desse teor, as operações não teriam sido liquidadas. Eles teriam vetado a operação, teriam devolvido a operação. Não éramos nós que pagávamos, quem pagava era o custodiante. Então, essa informação é uma informação equivocada, e o grande objetivo do equívoco é a busca de uma indenização de 400 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perdão, Relator. Peço ao operador de som para verificar o áudio, porque estamos tendo uma interferência muito forte. Não sei se há alguém na tribuna com o microfone ligado. Desligue o seu, por favor. Há um microfone sem fio para o Relator, por favor? Agradeço.

Retomo a sequência dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Adolpho, o senhor conhece o Sr. Adir Assad?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O Sr. Adir Assad, eu o conheço de atividades esportivas. Nós temos, mais ou menos, a mesma faixa etária. Eu cruzei com ele inúmeras vezes em provas de *triathlon*, que eu fazia também, mas a minha relação com o Adir é exclusivamente uma relação esportiva, absolutamente fora da área comercial.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Se o senhor tem uma relação esportiva, o senhor o conhece pessoalmente e sabe da vida dele? Acho que está muito alto o microfone do depoente.

Quais as funções dele? O que ele faz?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sr. Relator, como eu lhe falei, eu conheço o Sr. Adir de dentro da vida esportiva.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu tenho vários amigos esportistas, do dia a dia, que jogam futebol ou outra prática esportiva, que sei que vem de banco, outro tem uma empresa, o cara tem uma padaria na esquina. O senhor não sabe o que ele faz?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu sei que ele fazia patrocínio de eventos. O *Cirque du Soleil*, parece que ele o trouxe uma vez para cá. Nunca fui à casa do Sr. Adir, não sei nem onde ele mora, por exemplo Não sei o telefone dele. Quer dizer, era um contato absolutamente casual.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós temos a notícia de que muitas empresas de fachada do Sr. Adir Assad, que vai vir aqui depor nesta CPI, que, no momento da aquisição das duplicatas, ela teve toda uma participação. E inclusive isso já vem aí de outras CPIs que já levantaram fatos parecidos. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, não tenho, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso, inclusive, é uma das irregularidades que nós levantamos dentro da captação não dos recursos, mas dos títulos para garantir a lucratividade dos recursos captados perante os investidores.

Outro fato, outra irregularidade que chega a esta CPI, é que as empresas cederam créditos ao FIDC, mesmo estando em recuperação judicial. O senhor tinha conhecimento de que havia empresas em recuperação judicial que cederam créditos ao FIDC? E isso é vedado pelo regulamento que constitui o fundo do investimento. O que o senhor pode nos dizer?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Perfeitamente. Art. 16, § 3º: “Os devedores dos direitos creditórios (Sacados) ofertados ao Fundo não deverão estar em processo de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial,



insolvência ou procedimento similar, conforme verificação a ser realizada pelo Trendbank". O que determina a lei são sacados e não cedentes. Nós nunca tivemos operação com empresa em recuperação judicial, em que o sacado tivesse recuperação judicial. Nunca. Quer dizer, o que houve foi o seguinte: se nós demos o dinheiro para alguém que tem um crédito... Por exemplo, eu financio um fornecedor de maçãs para o Pão de Açúcar — era uma coisa que nós fazíamos —, eu passo a obter o crédito do Pão de Açúcar, quem vai me pagar é o Pão de Açúcar. Se o vendedor de maçãs está em recuperação judicial ou não, eu não sou vedado a isso. O importante é que o Pão de Açúcar, seja, seja... que é o pagador do crédito, esteja em funcionamento normal. Isso é o que ocorria.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O.k. Isso são detalhes técnicos que a CPI ainda vai avaliar até à conclusão do seu relatório, e depois caberá à Justiça verificar se essa empresa de fato estava em recuperação judicial e se ela poderia ceder ou não os seus créditos para colocar dentro do FIDC.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - E essa resposta que nós demos à CVM, seria importante a CPI ter esse trabalho...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Já temos.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Está tudo esclarecido... Ah, já tem. Que bom.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Também houve aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios, referentes a operações comerciais, entre empresas do mesmo grupo empresarial. Compradores e vendedores tinham os mesmos donos. O que V.Sa. pode nos falar sobre isso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Tenho aqui. *(Pausa.)* Isso é uma restrição que existe — foi para o Banco Central — nas atividades bancárias regulamentadas pelo Banco Central. Não existe nenhum veto específico no caso das empresas não filiadas ou sob tutela do Banco Central. Mas eu devo lhe afirmar que, até onde eu tenho conhecimento, não houve operações de pessoas coligadas à empresa dentro da empresa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Veja só, Sr. Adolpho, o que a CPI apurou até aqui, e digo a V.Sa. que a CPI tem um caráter investigativo, e nós estamos aqui não para nos postarmos como paladinos da moralidade e nem para



termos os holofotes da imprensa porque somos políticos. Nós estamos aqui cumprindo o papel de representante da sociedade brasileira e tentando fazer com que os fundos de pensão, a partir desta CPI, eles tenham uma governança, tenham uma gestão de forma diferente, e que os investimentos não sejam feitos de maneiras tão temerárias, como foram feitas no caso do investimento desse FIDC da Trendbank.

Veja só, V.Sa., a que resultados nós chegamos, num caso como esse. Para mais de 50% houve prejuízo efetivo dos investimentos aportados pelos fundos, não só dos fundos de pensão que estão aqui, como o POSTALIS e a PETROS, mas como, por exemplo, os regimes próprios de previdência, como já disseram aqui nossos colegas. Mas nenhum lucro foi auferido, nenhum lucro. E esse é um dinheiro que não é o dinheiro de uma pessoa, é o dinheiro de uma segurança futura, de uma aposentadoria, de um direito à saúde, à educação, de direito à vida. *(Palmas.)*

Então, o que vocês fizeram foi uma brincadeira com a sociedade brasileira, foi uma brincadeira com esses investidores que pensaram em ter uma vida um pouco mais confortável. E lógico que não é só o caso da Trendbank. Nós temos aqui dezenas de situações muito parecidas que estamos investigando, algumas maiores e algumas menores, inclusive do tamanho dessa.

Mas, veja, os investimentos foram realizados por volta de 2010, como V.Sa. bem aqui afirmou. Movimentou-se, através do Trendbank, qualquer coisa em torno de 400 milhões de reais — e V.Sa. confirma isso aqui. Cerca de 50% foram recuperados e os demais estão num processo. Agora em dezembro, houve uma ação judicial.

E eu não tenho nenhuma dúvida de que muito do que está acontecendo nos fundo de pensão hoje é resultado do trabalho desta CPI, porque esta CPI não está aqui para moralizar o mundo, mas está aqui para demonstrar que de fato havia ingerência, havia má gestão e havia também corrupção dentro dos fundos de pensão, o mau investimento. *(Palmas.)*

A partir daí, desses investimentos, as contas passaram a perder valor. Incrivelmente, as contas passaram a perder valor com a crescente inadimplência do fundo nas datas de vencimento. Não eram pagos, não eram aportados, e aquilo que



se comprava por cinco, dizendo que teria retorno de dez, passou a não valer nem os cinco pagos, porque não se garantia a data do pagamento.

As duplicatas não eram pagas, bem como não era possível ao fundo cobrar os pagamentos via judicial, uma vez que os títulos nem sequer tinham assinatura. Esses são dados que nós temos aqui na CPI. Dessa forma, em dezembro de 2014, as contas adquiridas tanto pela PETROS quanto pelo POSTALIS já apresentavam queda de mais de 95% do seu valor.

Veja, isso é fato. Nós temos os documentos aqui. O que chegamos a apurar? O que ficou muito claro para nós aqui até agora — e por isso o senhor está aqui na condição de testemunha, uma oportunidade grande de V.Sa. inclusive tentar esclarecer a esta CPI o que de fato aconteceu — é que a diretoria do Trendbank participou efetivamente de uma fraude, pois realizava os cadastros das empresas cedentes, onde houve uma série de irregularidades, analisava a prova dos créditos e os aprovava em seus comitês internos, realizava a guarda da documentação das duplicatas sem assinatura, repita-se, e desacompanhadas de documento de lastro financeiro para garantir o pagamento dessas duplicatas, bem como realizava a cobrança dos títulos inadimplidos de forma que não satisfazia os credores, e outros fatos.

Ao final, nós temos o seguinte: tanto a PETROS quanto o POSTALIS e os regimes próprios de previdência tiveram um prejuízo que não tem como recuperar, porque não há garantia e não foi feito pela Trendbank o devido suporte documental para dar a garantia.

Então, para encerrar, eu gostaria de deixar ao senhor a oportunidade de dizer a esta CPI: podemos dar uma esperança a essas pessoas? Tem como recuperar esse dinheiro?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - No caso aqui, na figura desse processo, que está sendo movido com finalidade de restituição de recursos indenizatórios, eu gostaria de ler um pequeno parágrafo referente ao custodiante, que no caso são esses dois grandes bancos que eu citei, que têm como responsabilidades fundamentais deles: receber, analisar a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios representados por operações de fomento



mercantil. Art. 31, §1º, Instrução CVM nº 356-1 e art. 6º, §1º do Regulamento do Fundo.

Deveres:

“I - validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no regulamento;

III - durante o funcionamento do fundo, em periodicidade trimestral, verificar a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios (...);

IV - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;”

Como é que bancos dessa primeira grandeza, dessa categoria, liberavam recursos, se as condições operacionais estavam dessa forma? Há algum equívoco de informação, Sr. Relator. Nos processos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Só que houve o prejuízo.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Como?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Houve o prejuízo.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sim, mas o prejuízo, Sr. Relator... Nós temos que considerar uma situação em que existe uma crise de crédito inédita no País.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas, até meados do ano passado, não havia crise de crédito.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Desculpe, Sr. Relator. A crise não era tão severa quanto hoje. Ela está se tornando cada dia mais severa, mas nós estamos vivendo uma crise de crédito tenebrosa. E nós temos 100 milhões de reais de...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas, pela análise de V.Sa., de todos os investimentos que alguém fez, então, no mercado seriam perdidos 50%. Se tivesse acontecido isso, teria quebrado o País, seria pior do que foi a crise de 2008, 2009 nos Estados Unidos. Então, isso não é verdade, não serve para nós como justificativa. Há a oportunidade de o senhor nos explicar aqui.



Aqui vêm muitos dizendo da economia, do problema na gestão. Nós sabemos que, em alguns casos de investimentos em bolsa de valores, muitos dos créditos se perderam: quem investiu na Vale, em ações da PETROBRAS, e assim por diante, o que não é o caso. Vocês iam lá e compravam a dívida de alguém ou às vezes a pessoa queria transformar, precisava de capital de giro e emitia uma duplicata em favor do banco da Trendbank dizendo o seguinte: “*Me dê o dinheiro que eu vou pagar na data certa.*” Tudo bem haver uma inadimplência, mas 50% de inadimplência? Na verdade, aqui chega a 100%, porque, se calcular o lucro, dá os 400 milhões, que é o valor da ação.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Existe uma indústria de recuperação judicial estabelecida no País. Nós temos 57 milhões de inadimplentes no Brasil, de acordo com publicações da imprensa habituais. O nível de inadimplência é assustador. Nós perdemos tudo! Eu tinha uma empresa de 200 funcionários, com inúmeras filiais pelo Brasil e hoje eu tenho 3 funcionários. Eu tinha 100 milhões de reais em contas subordinadas e eu não tenho nada, porque isso serviu como lastro para...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual é o seu patrimônio de pessoa física?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O meu patrimônio de pessoa física está devidamente declarado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual é o valor declarado?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu não tenho exatamente de cabeça o valor declarado. (*Palmas.*) O senhor tem acesso a isso, porque meu sigilo fiscal está quebrado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós podemos quebrar, mas não é o caso. E o senhor também não é obrigado a responder essa pergunta, porque se trata de sigilo.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu vivo com economia e com dificuldade.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor tem outras empresas?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu vivo com economia e com dificuldades. Como?



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor tem outras empresas?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, não tenho outras empresas. Eu vivo a problemática dessa empresa todos os dias da minha vida, com 72 anos de idade. Todos os dias da minha vida eu vivo a problemática dessa empresa com três funcionários. Continuo na Presidência da empresa, continuo me estabelecendo num pequeno espaço do escritório que me sobrou — o resto nós entregamos — e estou tentando resolver os problemas da melhor forma possível. É isso o que eu estou tentando fazer. A minha vida é dedicada a isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bom. O senhor sabe que foi feita uma auditoria dentro da Trendbank e que essa auditoria chegou à conclusão de que não têm mais os 400 milhões de reais, que sumiram, que se tornaram pó?

Então, só para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir do depoente se ele conhece a pessoa do Sr. João Vaccari Neto.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu fiquei sabendo que o Sr. João Vaccari... Não o conheço, nunca vi, fiquei sabendo da cara dele pelos jornais. Até então, eu não sabia nem que ele existia, depois que aconteceram todos os eventos recentes.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bom.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a participação do Relator.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, Sub-Relator, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Boa tarde a todos, Presidente Efraim Filho, nosso Relator Sergio Souza, membros desta Comissão, caro Dr. Adolpho.

Primeiro, existem duas pontas do problema: a qualidade do processo decisório dos fundos, que são objeto da nossa investigação, e a qualidade do processo de gestão do Trendbank sobre essa carteira de direito creditício.

Eu pergunto — alguma coisa já foi falada, mas de forma tangencial — como se deu o processo de abordagem, avaliação de risco e decisão para adesão, porque são dois fundos importantes, dos maiores do Brasil, um fundo estadual e vários



municipais. Qual foi o processo? Como o Trendbank, a sua empresa, chegou aos fundos e como se deu o processo de avaliação de risco e decisão, no olhar do senhor?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Perfeitamente. A forma em que o Trendbank chegou aos dois fundos... No caso da PETROS, como eu já expliquei aqui brevemente, nós fomos... Evidentemente, nós estamos permanentemente em busca de investimento. Nós tínhamos um departamento que atuava exclusivamente com essa finalidade. Os fundos de pensão são investidores tradicionais nessa área. Evidentemente, eles eram permanentemente abordados, e nós estávamos constantemente fornecendo informações para eles sobre a obtenção desses investimentos. Esse é um procedimento que absolutamente já estava incorporado no nosso cotidiano. Além disso, nós participávamos de diversas feiras que ocorriam no território nacional. Havia pequenos estandes onde os produtos eram mostrados e havia sempre a presença dos donos do produto e dos investidores para o produto. Com a PETROS, nós tivemos um primeiro contato direto numa dessas feiras. Se eu não me engano, foi aqui em São Paulo, ali perto da Marginal, onde eles se mostraram interessados, evidentemente, depois de nós termos mandado panfleto, *e-mail*, oferta, etc., etc., etc. Partindo desse interesse, eles pediram mais informações, essas informações foram entregues, eles solicitaram a presença de diretores ou, enfim, de pessoas do Trendbank para que comparecessem a um comitê da PETROS para responderem ao questionamento que eles fariam, para fazerem avaliação de risco, etc., etc. Essas pessoas — eu já as nomeei aqui — essas pessoas compareceram ao comitê, tiveram inúmeras indagações do comitê. Voltaram de lá até com uma sensação pessimista, eu me lembro claramente disso: “*Não sei se vai sair.*” Eles aprovaram. Qual foi o critério de elegibilidade deles? Eu não conheço. O fato é que o fundo é constituído por investidores profissionais. Eles aderem aos estatutos do fundo. O senhor evidentemente bem sabe disso. Eles aderem formalmente aos estatutos do fundo. E o critério de elegibilidade foi deles.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Na visão do senhor, então, é um processo totalmente impessoal, técnico e de mercado...



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Esse foi totalmente pessoal.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - ...com abordagem convencional.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - No caso do POSTALIS, não. No caso do POSTALIS, houve um intermediário na operação.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Qual foi o intermediário?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Então, eu vou lhe contar. Eu vou lhe contar o procedimento inteiro: também a possibilidade do POSTALIS, também mandadas informações, também procuraram o POSTALIS. Nós fomos procurados — eu vou lhe dar o nome aqui — por uma pessoa chamada Mauro Halpern.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mauro Halpern?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Mauro Halpern.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Representava quem?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Carioca, mora no Rio de Janeiro. E ele disse que tinha contatos com o POSTALIS e que tinha a possibilidade de viabilizar. Ele atuava no mercado de uma maneira geral e ele tinha viabilidade de viabilizar algum investimento do POSTALIS conosco. Trabalhou nesse sentido, trouxe o investimento de 50 milhões e posteriormente de mais 10, de maneira, eu diria, menos formal do que foi a PETROS. Ninguém compareceu a comitê coisa nenhuma, fornecemos todas as informações por *e-mail*.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O.k. Relator, é importante nós anotarmos o nome Mauro Halpern, para procurar saber que poder ele tinha de sedução sobre o POSTALIS e quem é esse ator que foi proativo saindo da loja de mercado.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Posso fornecer, o Roberto pode fornecer posteriormente o contrato de comissionamento que nós tivemos com ele, os pagamentos, emolumentos, enfim. Está tudo à disposição da CPI.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Vamos avançar, então, porque eu tenho tempo limitado.



Os fundos de pensão são investidores institucionais que capitaneiam a gestão de recursos preciosos dos pensionistas aposentados e trabalhadores, que é um dinheiro sagrado, com compromissos de médio e longo prazo, com direitos sociais fundamentais.

Portanto, o senhor, como uma pessoa de mercado financeiro, deve saber e concordar que devem ser investidores superseguros e até conservadores. Na outra ponta, quem era responsável pela qualidade da carteira dos créditos, dos direitos creditícios?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Na nossa ponta, na ponta do Trendbank, no caso?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Era o Trendbank?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Perfeito. Nós tínhamos uma equipe, aí era uma equipe grande. Nós tínhamos mais ou menos 100 pessoas que buscavam, prospectavam créditos no mercado. Era assim que funcionava *pari passu*. Esses créditos eram levantados por um gerente, normalmente. Esse gerente trazia detalhes desse crédito para a gerência-geral. Se a gerência-geral achasse, de uma maneira primária, que o crédito seria viável, isso era encaminhado para o departamento técnico que nós tínhamos, bastante bem constituído, e esse departamento técnico fazia uma análise pormenorizada do crédito, voltava para a gerência-geral. A gerência geral reavaliava o crédito, aí com os elementos técnicos, para saber se esse crédito deveria ou não ser proposto em comitê.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas o senhor acha de boa qualidade o investimento do POSTALIS, da PETROS, que é o nosso caso de maior interesse, além dos outros investidores, na SP Terraplanagem, na Rock Star Marketing, na Dream Rock Entretenimento, Meirelles & Malaquias Eventos, quer dizer, empresas que mudaram logo depois de endereço ou cancelaram duplicatas, ou até fraudaram notas fiscais, isso está no processo, nas auditorias?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Perdão, Excelência, eu não entendi os nomes. O senhor poderia repetir os nomes, por favor?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor acha, na sua avaliação, com sua experiência de mercado, que é uma boa aposta, uma boa oferta? O Trendbank ofertou um bom produto, sendo que os direitos são de empresas como



SP Terraplanagem, Rock Star Marketing, na Dream Rock Entretenimento, Meirelles & Malaquias Eventos, que mudaram de endereço, fraudaram notas fiscais e cancelaram? Há várias empresas dizendo que não têm nenhuma relação com essas empresas aqui, e os documentos foram apresentados para calçar esse fundo.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Esses empréstimos, Excelência, não foram dados para essas empresas referidas. Foram dados em virtude dos créditos que essas empresas tinham junto às empresas, na época...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas as empresas disseram que não geraram esses créditos.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Mas elas não disseram antes. Elas disseram depois. Isso não houve só com elas. Houve de uma maneira...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas o Trendbank não zelava pela qualidade da carteira?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Excelência, tanto ele zelava que deu crédito lastreado em duplicatas das maiores empreiteiras do País.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas as empreiteiras negaram que tinham relação com essas empresas.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não no momento em que o crédito foi dado. No momento em que o crédito foi dado, elas concordaram. Na hora de pagar, elas negaram.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não havia um expediente de checar a consistência do crédito?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Foi checada a consistência, e elas confirmaram. Na hora de pagar, elas negaram.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A que o senhor atribui isso, então?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu atribuo a um hábito que está havendo no Brasil, junto com uma indústria de recuperação judicial, que está se proliferando de uma forma quase que epidêmica.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Por que a Evocati abandonou a função de gestora?



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Ah, não tenho a menor ideia. Abandonou. Aparentemente... Eu não sei. Não sei. Não posso fazer juízo de valor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ela alega que havia práticas que não eram as melhores.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu acho que essa alegação não deve ser uma alegação bem fundamentada, porque ela não teria responsabilidade nenhuma sobre essas práticas.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Meu tempo está se esvaindo. O Trendbank tinha alguma relação com o Banco Cruzeiro do Sul e com a gestora Verax?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nós tivemos, sim. Quando o Trendbank foi... Quando o fundo foi criado — eu vou lhe dar a data exata —, quando o fundo foi criado, o nosso primeiro gestor foi o Banco Cruzeiro do Sul. Eu tenho as datas todas aqui. O Banco Cruzeiro do Sul foi nosso administrador — perdão —, e a Verax era a gestora do fundo, e eles ficaram... A administração, Banco Cruzeiro do Sul DTVM; a gestão era da Verax; a custódia do Deutsche Bank; e o Trendbank era o operador e fomentador comercial de originação. Isso se manteve desde o dia 25 de julho de 2007 até o evento de liquidação que houve com o grupo Cruzeiro do Sul, quando, então, nós mudamos a nossa administração para o PETRA e assumimos diretamente a gestão.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Meu tempo está finalizando. O senhor caracterizou como processo impessoal de mercado, exceto, no caso desse agente que intermediou com o POSTALIS. Nós precisamos ver o canal que essa pessoa tem com o POSTALIS.

Eu queria perguntar se o senhor conhece Alberto Youssef, o doleiro?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu fiquei conhecendo pelos jornais, depois que esse assunto todo ocorreu. O senhor sabe ao que me refiro. Nunca soube que ele existia.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Enivaldo Quadrado?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nunca o conheci, nunca vi.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Pedro Torres?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Pedro Torres foi meu funcionário.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Seu funcionário, seu diretor — não é?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Pedro Torres foi meu funcionário. Evidentemente, o senhor está me fazendo essa pergunta porque o Sr. Pedro Torres — eu soube pelos jornais, posteriormente — procurou esse Sr. Quadrado, pleiteando uma suplementação de investimento de alguns dos investidores que nós já tínhamos. Isso foi no dia 01/04/2012.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente de fundo e diretores de fundo do POSTALIS e da PETROS, o senhor conheceu algum? Teve contato telefônico, *e-mail*, mensagem, presencial? Nada?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nos últimos 30 anos, esta é a segunda vez que eu venho a Brasília.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O fundamento aqui é que há um enorme buraco nos fundos de pensão, nos maiores fundos, que penalizam agora os associados e a patrocinadora. Está claro um processo de aparelhamento e desprofissionalização da gestão e, ao mesmo tempo, uma fonte de corrupção. O senhor caracterizou como impessoal. O senhor já adiantou a linha. É sabido que o seu funcionário Pedro Torres procurou Enivaldo Quadrado, conforme um registro já no âmbito das investigações realizadas: *“Precisamos conversar com a PETROS”*. Enivaldo Quadrado devolve a resposta: *“Falei hoje com João Vaccari sobre a PETROS. Vamos ter uma reunião com os caras dia 28/2”*.

O senhor tem conhecimento desse fato, que não é tão impessoal, quer dizer, o tesoureiro de um partido agendar reuniões, na qual vão ser processadas decisões sobre o dinheiro dos aposentados e dos pensionistas? O senhor participou dessa reunião? Tem conhecimento?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Que eu saiba essa reunião nem deve ter ocorrido. Eu fiquei sabendo disso pelos jornais.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Por que Torres nunca falou antes?



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Acredito que ele tenha falado. Ele cuidava da agenda dele, Excelência, quer dizer, o Pedro Torres era um captador no mercado, um funcionário nosso. Então, ele tinha uma agenda própria e ele abordava as pessoas do âmbito do relacionamento dele, em busca de investimentos. Era a função dele. Ele continua trabalhando no mercado. Tenho o currículo dele até hoje. Eu levantei para lhe apresentar também, se for o caso. Então, ele procurou. Eu não sei qual é o tipo de relação que ele tem com esse Sr. Quadrado, se eles são amigos, se eles não são amigos, se eles se conheciam há tempo ou se eles não se conheciam. Também não sei qual é a relação que ele tem com esse outro senhor que foi mencionado no meio. Eu nunca soube da existência dessa abordagem. Fiquei sabendo pelos jornais, quando esse *e-mail* foi publicado. Os nossos investimentos, tanto da PETROS como do POSTALIS, ocorreram em 2010. Isso ocorreu em 2012. Então, ele estava pleiteando investimento. Graças a Deus, ele não aconteceu.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O desastre produzido é uma novela longa. Não é uma novela recente.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sei.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, fica claro aqui que é um investimento de alto risco, inconsistente, sem procedimentos de avaliação de risco e sem processo de gestão que garanta a segurança da operação. Empresas que se revelaram verdadeiras laranjas ou empresas de fundo de quintal, que as investigações vão apontar a que propósito serviam, mas o triste é que, no final das contas, o problema sobra no colo dos servidores dos Correios e da PETROBRAS (*palmas*), que vão ter que aportar mais recurso para tapar o déficit atuarial que é originário de operações desastrosas como essa desse fundo de direitos creditícios, infelizmente, administrado pela *factoring*, pelo banco do senhor.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Marcus Pestana pelas inquirições.

O Relator quer complementar uma pergunta e vou passar a palavra a ele. Agora, só para não fugir da temática, há um tema para o qual o Deputado



Marcus Pestana chamou a atenção e acho que é novo para todos da Comissão, Sr. Adolpho.

Eu queria que o senhor nos falasse um pouco mais sobre essa questão da intermediação. Foi feita por um contrato. Em tese, ela é legal, mas é algo que, dentro de tudo que está sendo investigado, a gente precisa saber um pouco mais. As suas palavras foram esclarecedoras. O Trendbank cumpriu lá o seu papel. Apareceu uma pessoa dizendo que tinha inserção dentro do POSTALIS, de nome Mauro...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Mauro Halpern.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mauro Halpern, e disse...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - H-a-l-p-e-r-n.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - P ou B de bola?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Perdão. Vamos de novo: H-a-l-p-e-r-n.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mauro Halpern, que disse que tinha uma inserção dentro do POSTALIS: *“Se o senhor me contratar, eu consigo um financiamento para a sua empresa”*. E, como você disse, mandou informações por e-mail, e, de uma hora para outra, aparece com a primeira de 50 milhões e um segundo aporte de 10 milhões. É isso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - É. Segundo aporte de 10 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso, o senhor tem um contrato com ele?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Com o Sr. Mauro Halpern, foi feito um contrato de comissionamento, na época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Contrato de comissionamento.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Mas não específico... Bom, o contrato evidentemente de comissionamento foi feito pós-investimento. O investimento foi feito, ele recebeu comissionamento. Nesse momento, ele disse: *“Eu tenho mais coisas que eu teria possibilidade de trazer para a empresa. Vamos fazer um contrato definitivo de prestação de serviço, pago, evidentemente, pelo sucesso?”* Foi feito esse contrato. Será disponibilizado para vocês na hora em que quiserem.



Não aconteceu mais nada, depois. O assunto morreu aí. Um detalhe apenas, Sr. Presidente: esse processo, aparentemente extremamente simples, foi menos formal do que o da PETROS, sem a menor sombra de dúvida, mas ele não foi simples. Foi um processo longo. Ia documento, faltava documento. A parte técnica do POSTALIS entrava em contato com a nossa tesouraria. Houve uma busca de informações e de troca de informações longa. Não foi um negócio que aconteceu em 3 dias. Não foi assim. Ele se apresentou, disse que tinha um bom acesso, que o POSTALIS tinha disponibilidade para esse tipo de investimento e se tínhamos interesse. *“É claro que temos interesse. Claro que temos interesse.”* E ele trabalhou. Foi feito um contrato de 3% de comissão, o número é esse — está no contrato — e foi o que ele fez. Depois disso, não aconteceu mais nada. Nós até ligamos para ele, insistindo: *“Eu quero mais coisa”*. Era o nosso papel. Era o que a gente queria. Depois, não aconteceu mais nada. Perdi ele (*sic*) de vista. Perdi o contato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. Só uma questão: nunca houve encontro presencial entre os técnicos do POSTALIS e os técnicos do Trendbank?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, que eu me lembre, não. Se houve, houve eventuais encontros de maneira muito menos formal do que o da PETROS. É possível que tenha havido. Eu não posso lhe afirmar isso categoricamente, mas não houve, como eu me lembro, com certeza, registrado nos arquivos da PETROS, uma presença formal num comitê, onde foi estabelecido um debate objetivo, etc. etc. É possível que os meus técnicos tenham estado lá. Eu realmente não posso lhe afirmar isso agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor só falou aí — não ficou muito claro — esse contrato de comissionamento foi assinado apenas após o sucesso — é isso? Para ser formalizado ou ele foi assinado antes?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não. Houve dois contratos. Quando terminou a operação do POSTALIS, quando houve o aporte, foi feito um contrato de comissionamento, onde o cara recebeu a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Tudo bem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Um milhão e meio? Três por cento de 500 milhões, 1 milhão e meio recebido por esse despachante.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Exatamente. Isso era uma coisa padrão por investimento de 10 anos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Pela inserção que ele tinha no POSTALIS, né?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Perdão, senhor?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É o custo da inserção dele no POSTALIS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É outra abordagem política.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Presidente, 15 milhões.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - As condições do nosso fundo não mudam. Quer dizer, se eu pago, 1%, 2%, 0,5% ou 3%...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, perfeito. Eu estou só querendo entender a sistemática.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu não tenho como majorar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Os valores são entre partes, sem problema nenhum.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Então, foram pagos os 3% de comissão. Foram pagos parcelados, inclusive. Não foram pagos de uma vez só. Está no contrato. Tudo isso está no contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Posteriormente, ele volta: *“Eu tenho possibilidade de novos investimentos”*. Que bom! *“Vamos fazer um contrato de prestação de serviço para eventuais novos investimentos?”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vocês concordaram.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Concordamos. Fizemos o contrato de prestação de serviço para novos investimentos. Não ocorreram novos investimentos, e nós o perdemos de vista. Ele sumiu. Ele era uma dessas figuras como existem centenas no mercado, que atuam especificamente nesse mercado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor foi quem negociou diretamente com ele?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, não fui eu. Eu tive um contato com ele apenas, no Rio de Janeiro. Fui apresentado. Quando me trouxeram a ideia, eu disse: *“Eu quero conhecer a pessoa”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Uma vez que eu fui ao Rio, tive uma reunião rápida com ele e, posteriormente, ele desenvolveu os contatos junto à área de captação, o resto da diretoria. Eu tinha uma diretoria que tinha seis ou sete pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor sabe informar quem era a pessoa no POSTALIS que era essa pessoa de diálogo com ele?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não tenho a menor ideia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A gente vai descobrir.

Com a palavra o Relator, Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É bem rapidinho, Sr. Presidente. Na sequência, vou pedir licença para me ausentar alguns minutos. Eu tenho uma gravação e retornarei à CPI.

Sr. Adolpho, V.Sa. disse que houve dois resgates feitos tanto pela PETROS, no valor de 9 milhões como pelo POSTALIS de 33 milhões. Como foram feitos esses resgates? Como foram pagos? Porque o fundo tinha um prazo de investimento, 10 anos. Como eles fizeram o pagamento antecipado? Como se deu isso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Porque, posteriormente, esses prazos foram... Numa das assembleias inúmeras que foram feitas, foi aberta a possibilidade de os cotistas fazerem resgate no decorrer do prazo, desde que houvesse uma pequena... Eu não me lembro dos detalhes. Não me preparei para trazer essa resposta para os senhores, mas posso fornecê-la posteriormente. Enfim, foi aberta uma janela — até proposta disso veio do KDB, no sentido de que fosse aumentada um pouco a rentabilidade para quem permanecesse até o final do prazo, e quem quisesse fazer resgates pontuais, teria uma rentabilidade um pouco mais



baixa. Então, provavelmente, a PETROS e o POSTALIS, nesse caso, como outros, optaram por essa alternativa e fizeram alguns resgastes.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Outra informação...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Perdão, mais uma informação que acaba de me ocorrer agora: o investimento do POSTALIS estava dividido em dois fundos. Um era o fundo de 10 anos, onde ele tinha 50 milhões. Daí a nossa diferença de número. A outra era um fundo aberto que podia entrar e sair a hora que quisesse, onde eles investiram 10 milhões. Esses 10 milhões foram integralmente resgatados, 100%, com todos os juros, enfim, direitos que eles tinham. E os outros 50 milhões, que foi o evento de liquidação que nós tivemos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Outra informação — eu até inclusive lembrei a V.Sa. que está em depoimento e que aqui V.Sa. tem o dever de falar a verdade —, quando eu lhe perguntei sobre a guarda dos documentos, V.Sa. disse que...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sobre a...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A guarda dos documentos: promissórias, contratos. V.Sa. disse que tinha um custodiante, e era dele, inclusive leu um dispositivo do regulamento.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - É a obrigatoriedade dele.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Mas eu tenho aqui o regulamento. Ele não diz isso, não. Eu não sei se V.Sa. leu o art. 6º, que não trata desse assunto. O que trata é o art. 7º, que diz assim:

Art. 7º - Conforme faculta o art. 24, inciso IX, alínea "b" e o art. 39, inciso I, ambos da Instrução nº 356, o fundo utiliza ainda os serviços especializados do Trendbank. Tais serviços consistem...

Então aqui estão as obrigações do Trendbank. Inciso I, II, lá no inciso VI:

Art. 7º

VI - A guarda dos documentos representativos de crédito, cabendo ao Trendbank a responsabilidade pelo



depósito dos documentos representativos de crédito, na qualidade de fiel depositário, bem como os demais documentos relacionados aos direitos creditórios.

Então, quer dizer o seguinte, que os documentos, as notas promissórias, os contratos, os documentos que davam conta da dívida contraída com a promessa de se auferir um lucro sobre isso e vendido aos investidores eram feitos, então, pelo Trendbank — certo?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O que pode ocorrer é o seguinte: o custodiante não poderia liberar recursos, sem visualizar esses documentos. Então, ele poderia receber esses documentos e, por alguma razão, depois — eu não posso lhe precisar isso —, ele entregava esses documentos, e o Trendbank ficava posteriormente como fiel depositário. Mas, para a liberação dos recursos, ele tem que ter os documentos. Ele não pode liberar os recursos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tudo bem, mas o Trendbank é quem tinha, então, a guarda desses documentos e quem fazia também a avaliação preliminar — certo?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - A avaliação preliminar, sim, mas...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas você tem assinatura em promissória, em contrato, você tem probabilidades.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Com certeza, é a preliminar. Mas a secundária, quando os recursos eram liberados, não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Lógico. Uma instituição financeira, para liberar o dinheiro, ela também faz análise.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bom. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, Relator. Apenas o fato de alguma entidade financeira ter pagado não exime a culpa e a responsabilidade do Trendbank. Muito pelo contrário, ele passa a ser solidário. Se existiu irregularidade, não o exime. Não adianta querer jogar para uma avaliação secundária uma obrigação que era primária do Trendbank.



Iniciaremos a lista de inscrição para os debates. Eu tenho outros questionamentos a fazer, mas, se não for esgotado pela Comissão, ao final eu os farei.

O Deputado Marcus Vicente está com a palavra, pelo prazo de 3 minutos. *(Pausa.)* O Deputado Marcus Vicente abre mão da palavra.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu queria saber do senhor se acha que há possibilidade de o POSTALIS e a PETROS reverem esse prejuízo. O senhor acredita que há possibilidade de...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O senhor me perguntou se eu acho que há possibilidade de a PETROS e o POSTALIS receberem esse prejuízo?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Acho que sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tem ideia mais ou menos de tempo? Baseado em quê?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Baseado primeiro nas cobranças que continuam, desde que sejam exercidas... Quando nós transferimos essa gestão... Com todos os problemas de crédito que estão havendo, quando um fundo interrompe a atividade dele de um momento para o outro, evidentemente o ciclo de recebimento se reduz muito, porque não tem nenhuma maneabilidade no sentido de ir compondo as coisas. Eu não tenho como avaliar claramente... Eu não tenho avaliar claramente qual tem sido a *performance* e a qualidade de cobrança que tem sido feita pelos atuais gestores. Nós cansamos de propor a eles, aos anteriores e aos administradores, uma assistência gratuita da nossa parte, pelo fato de nós conhecermos esses devedores de maneira muito intensa por todos esses anos, no sentido de opinar apenas, de forma que eles pudessem cobrar isso da melhor forma possível. Eu não sei como essa cobrança está sendo feita. O que eu sei sim: o gestor ganha 100 mil reais por mês de mínimo — de mínimo —, para manter essa gestão contratada pelos cotistas.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Bom, o senhor não tem ideia de tempo. O senhor acha, porque o senhor acha que é possível. Mas o senhor não tem uma ideia de tempo.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu acho que tem a cobrança. A cobrança continua. Eu não sei com que eficiência as ações são cobradas. Existe um processo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perdão. Eu, como cheguei um pouco depois do início, eu não peguei. Qual é... tem o valor atualizado da dívida com a PETROS e com o POSTALIS? Não sei se vocês já têm essa informação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A gente sabe que o prejuízo aí... Quanto está a dívida atualizada? O senhor tem?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - A PETROS... o POSTALIS aplicou um total de 60 milhões de reais, resgatou 33.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Faltam 27.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vinte e sete, o valor...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Fora o prejuízo da correção, de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Deve ter tido correção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Você tem o valor atualizado ou não?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu não tenho o controle das correções aqui, é possível que tenha. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele não tem.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - A PETROS aplicou 23 e recebeu 9.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Faltam 14.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso sem atualização.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Cesário Ramalho e o Francisco Pandolfo, que o senhor colocou, eram funcionários do senhor?



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O Cesário Ramalho era diretor superintendente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Isso, e o outro era tesoureiro.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O outro tesoureiro, exato.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Que faziam todas as negociações, o senhor se excluiu praticamente na colocação do senhor. O senhor disse que eles faziam, e o senhor não tinha muito conhecimento. Era isso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não. Eu tinha conhecimento, sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor tinha conhecimento?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Claro!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Conhecimento das relações que eles tinham?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor conhecia então os diretores do POSTALIS e da PETROS que fizeram as negociações com eles?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eles, eles, eles... No caso da PETROS, eles estiveram presentes no comitê da PETROS. Tecnicamente falando, a presença do tesoureiro e a presença do diretor superintendente, que tratava de todos os detalhes técnicos do cotidiano, seria muito mais eficiente do que a minha, como presidente da empresa, tratando de assuntos gerais. Eles estão muito mais capacitados a responder o questionamento de um fundo da qualidade da PETROS...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas o senhor não tinha, por exemplo, relacionamento? Deixava com eles: presidente, diretores dos fundos não eram com o senhor, em nenhum momento?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Mas os fundos a que o senhor está se referindo são esses dois fundos, Excelência?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Exatamente. Exatamente.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O contato que houve especificamente no caso do POSTALIS foi essa presença deles, que deve estar



registrada nos anais do POSTALIS. Essa presença de representantes do Trendbank para, enfim, responder a perguntas técnicas a respeito do fundo, para permitir a viabilização ou não do investimento. Eles eram as pessoas indicadas.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Pedro Torres a mesma coisa, né?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, o Pedro Torres está num nível abaixo. O Pedro Torres era um gerente de captação, simplesmente. O Cesário Ramalho era um diretor superintendente estatutário, o segundo homem da empresa.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor confiava plenamente também nas relações que eles tinham?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eles foram chamados lá. Acho que está tendo um equívoco de colocação. A POSTALIS solicitou a presença de elementos...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não. Eu queria saber se o senhor acha que eles....

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eles eram as pessoas adequadas para fazer aquilo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ...eram de confiança, faziam com toda a confiança...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sem dúvida, confiava. Confiava, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ...e o senhor pouco relacionamento teve com os diretores dos fundos? Praticamente nenhuma.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sim, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está bom. É basicamente isso. Mais uma pergunta: O Mauro Halpern o senhor disse que conheceu, teve contato uma vez só. Não conhecia, não teve relacionamento com ele. O senhor também não sabe se ele teve relacionamento, por exemplo, com o Vaccari, ou com alguém, para ele ter essa inserção nos fundos. O senhor não tem ideia?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não tenho a menor ideia, a menor ideia.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não pode responder por ele?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não posso responder, porque não tenho a menor ideia.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Em que pese tê-lo contratado sem....

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu o contratei por sucesso. Ou melhor, ele foi contratado após o sucesso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não conhecia as ligações dele. O senhor pode atestar as garantias que o senhor tinha? O senhor tem, bota a mão no fogo por elas? O senhor pode atestar por elas?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - As garantias que eu dei?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - As garantias que o senhor deu?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sem dúvida nenhuma. As garantias estavam atestadas, mas infelizmente existem milhões e milhões de garantias atestadas em todo o sistema financeiro nacional hoje que não estão sendo cumpridas. Hoje atestar, depois de não cumprido é impossível, mas no momento em que elas foram dadas, sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Bom, eu também fiquei... Eu me senti contemplado com as perguntas do Relator e do Sub-Relator, Deputado Marcus Pestana, mas eu queria deixar registrada a minha opinião.

Eu achei um pouco de displicência. Achei distante dos seus auxiliares. Achei que as coisas rolaram um pouco aí, sem uma forte presença e sem assumir essa responsabilidade, que eu acho que está faltando neste momento.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Perfeito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Deputadas, quero aqui cumprimentar o Dr. Adolpho Júlio Mello Neto, Presidente do Trendbank.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Boa tarde.



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Antes dos questionamentos, eu gostaria de fazer uma observação sobre o que comentava com os colegas aqui. Um dado curioso, Sr. Presidente, que me chama a atenção: os fundos de pensão do nosso País não foram criados há pouco tempo, há muitos anos eles existem. O dado curioso é que, de repente, numa ação paralela, como nunca antes na história deste País, todos os fundos estão indo à bancarrota, com investimentos equivocados simultaneamente. Por que antes não acontecia isso? Porque quem fazia o investimento era mais cuidadoso? Eram mais perspicazes? Eram mais entendidos? O que aconteceu com os fundos de pensão que, repentinamente, praticamente todos estão falidos. (*Palmas.*)

E, quando se vai à falência, é o dinheiro dos trabalhadores, muitos dos quais estão, há mais de 30 anos, contribuindo para ter condição na sua aposentadoria de, obviamente, desfrutar de boa parte da sua vida. Lamentavelmente, muitos desses servidores terão de pagar de novo.

Mas o que me chama atenção aqui — e quero questioná-lo — é que o senhor mencionou no início que o seu banco foi convidado a participar de uma reunião colegiada para explicar os investimentos para os quais o seu banco foi escolhido. Na sua concepção, o que o senhor ofereceu era o melhor que o mercado tinha naquele momento? Melhor que os demais concorrentes? E outro detalhe importante: João Vaccari Neto teve alguma influência para que a sua instituição fosse escolhida como parceira para tais investimentos? Então, eu gostaria dessas duas respostas, depois, farei mais três questionamentos.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Respondendo à sua primeira pergunta, Excelência, no mercado existe uma regra muito simples que se chama custo-benefício. Evidentemente, os nossos fundos ofereciam benefícios um pouco maiores do que os do Banco Bradesco, por exemplo, ou bem maiores do que os do Bradesco. Então, evidentemente, optou-se... Aí é um critério que não é meu, o critério é do investidor. O investidor optou por correr um risco um pouco maior, em busca de auferir um resultado um pouco maior. Eu não posso fazer avaliação por ele. Ele comprou o meu produto.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Mas o que o senhor oferecia era concreto?



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Como?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O que o senhor estava ofertando para poder cooptar ou captar esse investidor era real?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sem dúvida. Esse fundo funcionou impecavelmente durante 6 anos. Depois de 6 anos, o País foi acometido por uma crise financeira sem precedentes — sem precedentes. Nós temos 57 milhões de inadimplentes no País, e nós fomos acometidos pela crise junto. Eu perdi tudo que eu tinha, tudo, inclusive tudo. O Sr. João Vaccari Neto, eu fiquei sabendo que ele existia pelos jornais, depois que essa história toda começou. Eu nunca tive contato com político nenhum. Eu vim para Brasília duas vezes, nos últimos 30 anos. Meu sigilo telefônico está à disposição, eu não tenho ligações para Brasília. Por uma circunstância, nada contra nem a favor, simplesmente minha vida foi conduzida para um outro vértice. Nunca vi o Sr. Vaccari, a não ser pela televisão, nunca ouvi o som da voz dele, a não ser pela televisão.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu faria aqui, aproveitando a mesma esteira, já que o senhor nos coloca que a sua instituição ofereceu a mais do que as demais do mercado. Mas as informações que nós temos aqui de arquivo são as de que, à época, quando o seu grupo foi chamado ao POSTALIS, já havia essa informação no mercado de que a sua instituição estava passando por um momento financeiro delicado. Ora, aqui entre nós, qualquer que seja o administrador de um fundo, qualquer que seja o técnico ou qualquer que seja o executivo, quando determina tal investimento, ele vai fazer uma investigação prévia para saber se aquela melhor oferta daquele grupo está colocando na mesa é de alguém que está estruturado, está nas melhores condições. Essa informação circulava no mercado naquele momento. O senhor obviamente foi favorecido pelos investimentos que foram feitos pelos fundos de pensão. O senhor tinha interesse em vender o seu produto. Mas, naquele momento, as informações tanto eram verdadeiras que a sua instituição acabou entrando em dificuldades irreversíveis, pelo que me parece.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sem dúvida. O POSTALIS fez investimento em 2010.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Exato.



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Ele fez dois investimentos, um de 50 milhões, outro de 60, outro de 10 e recebeu o de 10 integralmente, sem problema nenhum. Em 2010, nós não tínhamos os problemas que tivemos posteriormente, as coisas no mercado financeiro andam muito depressa, muito depressa. Nós não estávamos vivendo problemática nenhuma, tanto não estávamos que a PETROS, que foi claramente muito mais cuidadosa que o POSTALIS nos investimentos, nos convocou para uma reunião de comitê na PETROS, na qual meu diretor superintendente esteve presente, junto com meu tesoureiro, respondeu a dezenas de perguntas, debateu dezenas de questionamentos, saiu de lá com a impressão de que o investimento não seria feito, e foi feito. Nós não tivemos nenhum intermediário no assunto da PETROS. Não houve comissão paga para ninguém. O investimento foi feito direto na PETROS e ponto final. No caso do POSTALIS, houve a (*ininteligível*). Com quem ele estava falando eu não tenho a menor ideia. Ele funcionou. Na época, não existia essa sinistrose que nós vivemos hoje. A gente não chegava lá. Existiam inúmeras pessoas no mercado que ofereciam serviços de aproximação entre supostos investidores.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu quero aqui, só para finalizar, Sr. Presidente... É óbvio que o assunto que estamos abordando aqui na CPI paralelamente repercute na imprensa, não só o que debatemos aqui, mas aquilo que vem de informações extras. Durante esse final de ano, muitas matérias foram publicadas nos jornais e contradições de pessoas que vieram dar depoimentos aqui e que certamente deverão voltar aqui em breve. É óbvio que o senhor nas suas afirmações tem a convicção e a certeza de que está falando aquilo que procede e que é verdadeiro, sob pena de retornar no futuro não só aqui, quem sabe em outro local que seja no campo jurídico ou por qualquer investigação que surja, e talvez desdizer o que está sendo dito, mas eu lhe pergunto o que mais interessa aos funcionários: o senhor, como fiel depositário, digamos assim, porque a sua instituição ficou com dinheiro guardado... Qual é a perspectiva de recuperação dos investimentos que foram feitos na sua instituição ou o senhor diria que esse dinheiro não volta mais?



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, eu acho que há perspectiva, sim. Eu acho que há perspectiva, sim. Eu gostaria muito de acompanhar melhor a eficiência da cobrança do atual gestor. Eu fui completamente excluído. Eu tinha 100 milhões de reais aplicados meus, 20% do fundo era meu, nosso, da empresa. Foi perdido integralmente. Eu gostaria de ter o direito de estar acompanhando isso. Não me foi dado esse direito.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Certo.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu não sei qual é a eficiência desse gestor. Eu sei, sim, que ele ganha 100 mil reais por mês, mínimo, para cobrir essas contas e que o administrador ganha mais 70, tenha dinheiro ou não tenha dinheiro, e banca todas as custas jurídicas das bancas mais caras do Brasil, movendo esse processo que eles estão movendo — evidentemente, com o objetivo de tirar esses 400 milhões de reais de quem tem, e não sabemos dentre os quais quem tem.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Só para encerrar, é sabido e o senhor mesmo disse que perdeu muito dinheiro. O funcionário perdeu o dinheiro que tinha aplicado lá, e obviamente nem sempre, ou quase nunca, ou nunca participando de decisões. A pergunta é: o senhor perdeu, mas o senhor reservou o seu na pessoa física?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Mas eu o quê?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Nos seus investimentos em aplicação no mercado — porque o senhor disse que perdeu um volume —, a sua pessoa física financeiramente... É óbvio que é de informação sua, mas para conhecimento público.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - A minha informação...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O senhor está bem estruturado ou está comprometido também?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, a minha pessoa física teve um empobrecimento significativo. Está exposto nas minhas declarações de Imposto de Renda, devidamente abertas para a CPI, porque o meu sigilo fiscal já foi franqueado.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Perfeito.



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Já foi quebrado.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Obrigado por suas informações.
Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado João Rodrigues.

Com a palavra o Deputado Enio Verri.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, Dr. Adolpho, na verdade eu fui bastante contemplado, principalmente pela intervenção do nobre Relator, Deputado Sergio Souza, e também do Sub-Relator, Marcus Pestana.

De forma geral, V.Sa. já disse aqui como foi a operação, tanto com o POSTALIS, quanto com a PETROS, já explicou sua interpretação sobre as tratativas, como foram.

São três perguntas, que eu farei de uma vez só porque o meu tempo é menor. Primeira questão: procede a informação de que esses investimentos que foram feitos, em especial pelo POSTALIS e pela PETROS, receberam nota de duplo A positivo da Austin Rating? Era a Austing Rating que fazia as análises de risco do Trendbank? Era ela que cuidava disso ou vocês usavam outras empresas de análise de risco também?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nós usávamos a Austing e essa é a maior evidência — respondendo a sua pergunta, claro, e pegando um gancho na pergunta do seu nobre antecessor —, é a maior evidência de que, naquele momento em que os investimentos foram feitos, as condições técnicas, financeiras e de liquidez do Trendbank eram positivas, senão nós não teríamos o duplo A. Seria impossível! Nós já teríamos sofrido rebaixamento.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Está o.k. Dentro disso, então, entrariam mais duas questões. Era a Austing que fazia. Nesse cenário, houve a quebra do seu negócio. A primeira questão é: V.Sa. ou sua empresa respondem a algum procedimento investigativo ou processo judicial ou sofreu condenação, no nosso caso, da CVM, da PREVIC, da Polícia Federal, do Ministério Público Federal? A sua empresa foi atingida por isso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Minha empresa, não. Nunca.



O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - E você? E o senhor?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu tive. Tive processos.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Na CVM?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, na CVM, não.

Nada.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Não?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nunca.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - PREVIC?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, não. Na CVM, absolutamente nada. Não. Nada, nada, nada.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - O senhor não é investigado por nenhuma dessas instituições?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Calma! Calma! Calma!

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor tem... O senhor responde...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, na CVM há um processo, em que a...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Senhor advogado, o Sr. Adolpho Júnior não tem conhecimento? O senhor tem conhecimento! Vamos lá.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, não, não, deixe-me explicar. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está sob juramento.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - É isso aí, Presidente. Isso é importante.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Logo depois do evento,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - ...os novos gestores fizeram um relatório que foi encaminhado a todos os cotistas e à CVM.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Certo? Muito bem. Tomando conhecimento desse relatório, nós antecipamos a qualquer ação da CVM e respondemos, num trabalho de 500 páginas, respondemos a todos os questionamentos que haviam sido levantados. Isso está lá na CVM. Até agora a CVM não se manifestou. Isso não é abertura de um processo. Foi entrega de um relatório dos novos gestores, que foi contestado por nós uma série de coisas que estava sendo colocada e foi justificada uma série de outras coisas. Isso está na CVM. A CVM, até o momento, não se pronunciou a respeito. Isso é *ipsis litteris* o que ocorre.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Há um procedimento. Vamos mudar o nome de processo para procedimento. Então, há um procedimento na CVM, dos quais vocês têm procedimento, inclusive já peticionaram no mesmo.

O SR. ROBERTO PODVAL - Há um documento feito pelo novo gestor que acusa o Trendbank que nós respondemos. Mas eu não sei se esse documento é entregue à CVM. Eu não sei se ela instalou um processo, o que ela fez com isso ou *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. Há um procedimento. Justiça comum.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Ela não se manifestou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Justiça comum. Existe algum tipo de ação executiva, de cobrança de crédito, onde o senhor pessoa física ou pessoa jurídica é parte ré?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não. Existe um processo que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Olha, está aparecendo.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Existe um processo que foi feito, no final do ano passado, um pouco antes, nós ainda não fomos citados, patrocinado pelo atual gestor, no sentido de... com objetivo indenizatório, onde ele arrola Deutsche Bank, Santander, PETROS, Planner e Trendbank com o objetivo de se ressarcir em 400 milhões de reais.



Então, ele pinta evidentemente esse processo com as cores mais veementes possíveis, porque 400 milhões de reais é muito dinheiro. Eu não sei nem qual é a referência dos 400 milhões de reais dele, porque ele (*ininteligível*) esse valor.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, permite-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Enio Verri.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Apenas para ampliar a pergunta que V.Exa. tomou. Então, na Polícia Federal e na PREVIC também não tem nenhum processo?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não. Nada.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Não tem nada?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nada. Plano.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Está bem. O.k. E por fim, antes de fazer uma afirmação, foi citado, eu acho que foi por V.Exa. ou foi pelo Deputado Marcus Pestana, se eu não me engano, sobre V.Sa. e sua empresa terem comprado duplicatas para compor o FIDC aqui do Trendbank de empresas desconhecidas — a SP Terraplanagem, Rock Sanmarket, entre outras.

Como V.Exa. explica esses negócios? Quem eram os interlocutores desses negócios? Principalmente na Rock Star, que é uma empresa que chama a atenção, aqui, desta CPI.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Excelência, na realidade, nós não compramos as duplicatas da Rock Star. Nós compramos as duplicatas para quem a Rock Star prestava serviço. E a Rock Star prestava serviço para as maiores consultoras do País, na época. Grandes empresas de terraplanagem, grandes empreiteiras, etc. etc., muito...

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Termine, por favor, depois eu quero ouvir o Deputado falar.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - ...muito antes de todo esse procedimento que nós estamos vivendo hoje, na Lava-jato, etc., começar a ocorrer. Então, aquelas empresas seduziam o mercado financeiro de maneira geral. Dado ao fato de nós não termos taxas competitivas com as grandes instituições financeiras, era muito difícil nós termos acesso a essas empresas. No momento em



que elas vieram através de empresas pequenas, nós passamos a ter oportunidade de emprestar recursos com o risco das grandes empreiteiras, e posteriormente elas negaram o pagamento das duplicatas. Da mesma maneira que nós fizemos com o ThyssenKrupp, que nós fizemos com algumas empresas telefônicas, que nós fizemos com o Pão de Açúcar, principalmente, com a cadeia varejista. Como eu falei há pouco, eu financiava o cara que vendia maçã para o Pão de Açúcar, que quase não existia, mas quem pagava no vencimento era o Pão de Açúcar. Ele transferia para nós o crédito. Infelizmente, essas duplicatas que foram dadas por essas pequenas empresas contra as grandes empresas não foram posteriormente reconhecidas pelas grandes empresas. Se o serviço foi mesmo prestado ou não, eu não sei, porque isso é uma atitude habitual no mercado hoje, é um artifício que eles usam para não pagar dívidas.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sem dúvida. Por fim, parece-me que foi citado alguma coisa sobre a indústria da liquidação judicial. Gostaria de ouvir qual exatamente o sentido disso.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Na realidade, até o advento da recuperação judicial, que foi uma mudança da Lei das Concordatas, há 5 ou 6 anos, a gente tinha, na época, uma sensação de que as cobranças se tornariam um pouco menos complicadas para quem tinha dinheiro para receber.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Isso, há 5 anos.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Na realidade, o efeito final foi inverso. Chegou-se à conclusão de que, realmente, através da recuperação judicial, os caras que pediam recuperação judicial, na realidade, não pagavam mais coisa nenhuma, postergavam isso para o resto da vida. Na medida em que isso começou a ficar claro no País e nós passamos a ter uma crise horrenda, para dizer a verdade, em termos de liquidez no País... Quando eu comecei a trabalhar em 1960, o cara que pedia concordata se matava, não saía na rua. Isso não acontece mais.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Mas aí há um conceito de valores.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O conceito de valores era outro. Então, o sujeito que tem uma dificuldade recorre à recuperação judicial e a dificuldade dele está resolvida. Detalhe: o Trendbank não pediu recuperação judicial, não pediu falência, nós continuamos trabalhando todo dia, resolvendo problema. Eu



chego ao escritório às 8 horas da manhã e saio às 8 horas da noite, porque eu tenho um filho de 16 anos que eu preciso criar.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Está o.k. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Rocha está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, primeiro é bom que se diga que, nos últimos dias, nós vimos num documento que o Juiz Sérgio Moro enviou ao TSE a atuação de uma verdadeira quadrilha que foi montada para desviar recurso público para campanhas políticas — certamente não foi só para campanha. E esses recursos não saíram só da PETROBRAS. Esta CPI, certamente, se deparou com muitas situações que levam a crer que essa mesma quadrilha que saqueou a PETROBRAS também meteu a mão no dinheiro dos participantes. (*Palmas.*) E não adianta pensar que o recurso desviado vai estar na declaração de renda das pessoas que participaram disso, porque o Barusco não tinha aqueles 100 milhões na declaração de Imposto de Renda dele, porque várias pessoas que devolveram dinheiro não declararam na sua prestação de contas com a Receita esses recursos. Então, aqui nós temos mais uma vez — e eu digo que é no que eu acredito — a atuação dessa quadrilha.

O depoente disse que não conhecia o Sr. João Vaccari Neto, mas certamente conhece o Sr. Pedro Torres, que é um funcionário do Trendbank. Eu queria aqui me reportar a um trecho de uma matéria que foi publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, que fala da ligação entre o Sr. Pedro Torres, que é um funcionário do Trendbank, com o Sr. Enivaldo Quadrado, já condenado pela prática de corrupção. Diz o seguinte:

“Em 2 de fevereiro de 2012, um executivo do Trendbank, Pedro Torres, disse a Quadrado que precisava falar sobre a PETROS. Três dias depois, Quadrado respondeu por e-mail: ‘Falei hoje com João Vaccari sobre a PETROS, vamos ter reunião com os caras dia 28/02’”.

Isso em 2012. Então, é estranho o senhor, como Presidente de uma instituição financeira, como o Trendbank, não ter conhecimento do que aconteceu,



dos meandros dessa operação que prejudicou, e prejudicou muito, os participantes do fundo pensão. Queria fazer uma pergunta ao senhor. O senhor confirma que conhece o Sr. Pedro Torres? O senhor conhece o Sr. Enivaldo Quadrado?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Nenhum dos dois?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O Pedro Torres, sim.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Ah, tá. O senhor sabia dessa reunião que aconteceu no dia 28 de fevereiro de 2012?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, nem sei se aconteceu.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Nós vamos descobrir se aconteceu.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Posso só complementar?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Fique à vontade.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O Sr. Pedro Torres teve atividades anteriores ao Trendbank. Ele trabalhou no Banco ABC, no Banco Pine, no HSBC e no Safra. Posteriormente, ele trabalhou conosco, depois ele saiu, trabalhou no Grupo Paulista, trabalhou no Riviera Investimentos e na Gradual Investimentos. Então, ele é um homem de mercado que está aí por toda a vida dele.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Mas que tinha ligação estreita com o Sr. Vaccari, que era um dos articuladores desse esquema criminoso.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu não sei se ele tinha... Talvez ele tivesse uma relação estreita com o Vaccari, talvez tivesse acionando o Vaccari direto, eu não sei.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Qual o relacionamento do Trendbank com a BANCOOP?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não houve nenhum investimento em 2012, Excelência. Os nossos investimentos, tanto da PETROS como do POSTALIS, foram feitos em 2010. Posteriormente, não houve mais nada. Nada.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Quero saber do senhor qual o relacionamento entre o Trendbank e a BANCOOP.



O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nenhum.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Nenhum?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nenhum. Zero. Sempre.

O SR. DEPUTADO ROCHA - V.Sa. já falou que não conhece o Sr. Vaccari. O senhor conhece o Sr. Alberto Youssef?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nunca. Conheci pelos jornais.

O SR. DEPUTADO ROCHA - E o Sr. Antônio Carlos Conquista?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não.

O SR. DEPUTADO ROCHA - E o Sr. Alexej Predtechensky?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nada.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Foi questionado aqui também... Foi questionado também aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E o Adilson Florêncio o senhor conhece? Que era Diretor Financeiro do POSTALIS?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Adilson Florêncio, que era o Diretor Financeiro à época da conclusão dos negócios.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nas assembleias... Nas nossas... Quero dizer para o senhor que estou sendo absolutamente rigoroso na minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nas nossas assembleias, eu acho que o POSTALIS era representado por ele. (*Risos.*) É isso? Estou na dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O POSTALIS tinha um assento no seu Conselho, não é isso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, não tinha no Conselho, mas em todas as assembleias de cotistas, todos os cotistas eram representados. Se eu não me engano, esse Sr. Adilson... Eram dois os representantes do POSTALIS, um deles, eu acho que era o Sr. Adilson. Eu não me fiz presente em todas as assembleias, mas na maioria delas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esses representantes recebiam algum tipo de remuneração?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Os representantes o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eles recebiam algum tipo de remuneração para isso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Absolutamente. Absolutamente. De maneira nenhuma.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, para finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Devolvo a palavra ao Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Nós estamos diante aqui de mais um aluno do ex-Presidente Lula. *(Palmas.)* Presidente que estava no poder, comandava, mas não via, não ouvia e não sabia de nada. Então, V.Sa., na condição de Presidente do banco...Tudo aconteceu, mais de 100 milhões de prejuízos para os participantes, e V.Sa. não viu, não ouviu, não sabia de nada. Mas, agora, V.Sa. pode ter certeza que o trabalho que a CPI está fazendo, não tenho dúvidas disso, e acredito que as pessoas que estão aqui é porque confiam no trabalho do Presidente, do Relator e dos membros, de todos eles. Nós vamos colocar tudo isso a limpo. *(Palmas.)* Só para V.Sa. ter certeza disso. Nosso empenho é colocar tudo isso a limpo, é passar a limpo o que aconteceu com os fundos de pensão no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço o Deputado Rocha.

Com a palavra o Deputado Wadson Ribeiro. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Herculano Passos. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Andres Sanchez com a palavra. *(Pausa.)*

S.Exa. abre mão da palavra.

Com a palavra Deputada Erika Kokay, e, para concluir, Deputado Assis Carvalho.

Eu peço ao Plenário que mantenha o respeito à palavra dos Parlamentares.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, V.Sa. disse que não conhecia o Sr. Alberto Youssef. Entretanto, o Trendbank fez um investimento em empresas que têm relação com ele, que têm alguma relação. O senhor sabia disso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor não sabia disso. Mas, veja: o senhor teria comprado duplicatas para compor o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trendbank de empresas conhecidas como Terraplenagens? Estou lhe perguntando. S. P. Terraplenagem?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Veja, eu tinha milhares de financiados no Trendbank. Eu não consigo lembrar especificamente o nome de cada um...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor lê jornal? O senhor lê jornal?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Leio todos os dias.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Porque isso foi amplamente divulgado pela imprensa.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Como?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Foi amplamente divulgado pela imprensa, inclusive que esta S. P. Terraplenagem teria relações com a empreiteira Delta, que tem fortes ligações com o Sr. Carlinhos Cachoeira, que foi objeto, inclusive, de investigação neste Parlamento. O senhor sabia disso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não tenho contato com a Delta, não tenho contato com o Sr. Carlinhos Cachoeira, não conheço ninguém da Delta, não conheço o Sr. Carlinhos Cachoeira...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas o senhor, o senhor comprou duplicatas da empresa S. P. Terraplenagem, como também comprou da Rockstar Marketing, dentre outras, empresas desconhecidas, e há indícios ou comprovações de que a Rockstar Marketing tem ligações com o Sr. Youssef, mas o senhor não sabia disso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nós fizemos as operações com a Rockstar Marketing lastreada nas duplicatas que eles tinham de serviços prestados para as maiores construtoras e empresas do País, esse era o objetivo. Era uma operação que se chama risco sacado, da mesma maneira que eu



financiava fornecedores da cadeia varejista, pequenos fornecedores, que eu não me recordo do nome individualmente de cada um, porque não tem nenhuma expressão. O crédito era dado para a cadeia Pão de Açúcar, e não para o fornecedor do Pão de Açúcar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Entretanto, essas empresas são absolutamente desconhecidas.

O senhor diz que é possível recuperar, mas há uma constatação de que há uma inadimplência que foi gerida por V.Sa. de 80%. O senhor acha que, mesmo assim, dá para recuperar o rombo que foi causado para os investidores, inclusive para os Fundos de Pensão, não só para os Fundos de Pensão, mas para outros, para o Fundo Previdenciário de Tocantins? Parece-me que o senhor também tinha um acordo com o Fundo Previdenciário de Tocantins, do Estado de Tocantins.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, eu não tinha acordo com o Fundo Previdenciário. Ele era investidor. Ele era um investidor do Fundo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Que é o contrato. Ele era um investidor. Exatamente. Trocando as palavras, em vez de acordo, o senhor tinha também um contrato para investimento no Fundo de Previdência de Tocantins.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu também não tinha contrato, perdão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para, além disso, duas dessas empresas, a Rockstar Marketing e a JSM Engenharia e Terraplanagem receberam mais de 100 milhões dos recursos aplicados pelo Trendbank, mas o senhor não lembra que houve investimento na Rockstar Marketing?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu lembro perfeitamente, porque, na realidade, eles receberam esse dinheiro...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor não lembra que houve na SP Terraplanagem?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Na SP Terraplanagem eu não me lembro. As outras eu me lembro, porque perfeitamente...



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E o senhor sabe que essas empresas repassaram por volta de 1 milhão e meio, em 2010, para uma consultoria ligada ou controlada pelo Sr. Youssef?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor não sabe disso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor não sabe disso? O senhor investiu por volta de 100 milhões nessas empresas. Essas empresas fizeram esse repasse para uma consultoria ligada ao Sr. Alberto Youssef, e o senhor desconhece isso?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O que elas fizeram com o dinheiro que foi investido lá, investido não, emprestado, eu não tenho a menor ideia do que elas fizeram com o dinheiro.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Emprestado e nunca devolvido, porque a inadimplência é grande, por volta de 80%...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Infelizmente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E aqui nós temos que apenas 1,2% dos ativos da carteira do Fundo, que soma 409 milhões, obedeceram às boas práticas operacionais.

Eu concluo apenas dizendo, Presidente, que nós temos que elaborar um mecanismo para que esses recursos em tamanho caráter temerário, como foram, sejam devolvidos para os participantes do Fundo de Pensão.

Nós temos que, dentre as proposições desta CPI, elaborar mecanismos para que nós tenhamos celeridade na devolução desses recursos, porque nós estamos falando de milhões, que através da sua empresa investiu e comprou duplicatas de empresas desconhecidas, com ligações absolutamente insidiosas e ligações suspeitas. Esses recursos têm que ser devolvidos. E nós temos que nos debruçar para elaborar, inclusive, proposições legislativas nessa perspectiva. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Estou abrindo mão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Questiono o Deputado Marcus Vicente, que retornou, se ainda deseja fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, só uma questão. Qual era a taxa de retorno oferecida aos fundos, aos investidores no fundo em direitos?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - De 120% até 130% ou 140% do CDI.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Do CDI?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Do CDI.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É uma bela taxa, muito atrativa.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - É uma bela taxa.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Isso é um aprendizado importante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Será que foi por isso que não pagaram?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Isso que é importante do aprendizado, porque nós vamos aqui tirar uma série de conclusões, vamos propor indiciamentos e prosseguimentos de algumas investigações, mas, para os associados, é muito importante esse aprendizado. Uma coisa é perder dinheiro na PETROBRAS, na Vale, que têm balanço publicado nos grandes jornais, são submetidas a mecanismos de auditoria, e mesmo assim aconteceu o que aconteceu na PETROBRAS, mas é visível. Outra coisa é o sagrado dinheiro da Previdência ser colocado em aventuras com alta rentabilidade, mas com títulos e garantias de baixíssima qualidade. *(Palmas.)*

Então, esse aprendizado, o controle social dos associados e o aperfeiçoamento de legislação que vamos gerar têm que tocar nesse ponto. Eu, como sou um investidor conservador, só o nome Rockstar Marketing e Dreaming Rock Entretenimento já gera alguma suspeita. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Sóstenes Cavalcante deseja fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

E o Deputado Delegado Éder Mauro? *(Pausa.)*

E o Deputado Herculano Passos? *(Pausa.)*



Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Quero apenas cumprimentar o Sr. Adolpho Júlio Mello Neto e o Dr. Roberto Podval. V.Sa. falou aqui que conhecia muito, em uma relação esportiva, o Sr. Adir Assad?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu tenho perguntas para fazer.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu estive com o Adir algumas vezes em competições esportivas, porque nós fazíamos as mesmas atividades de triatlão.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - O senhor é triatleta?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu sou triatleta.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - O senhor conhecia o Sr. Paulo Preto?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, não me recordo.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Ele também é triatleta.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Não, não me recordo. O Sr. Assad estava mais ou menos na minha faixa etária, então, havia certo contato em decorrência disso. E são poucas pessoas... Eu vou fazer 72 anos este ano, e são poucas nessa faixa etária que competem Ironman, e eu compito. Por isso que eu o conhecia. São três, quatro, não mais que isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sr. Adolpho Júlio, aqui foram feitos muitos questionamentos, mas não cabe a esta CPI ser controladora da licitude ou não da sua empresa, exceto aquilo que diz respeito aos Fundos de Pensão. Então, essa é a minha pergunta final, muitas delas foram já sanadas pelas perguntas deles, mas algumas permaneceram ainda em aberto.

Eu acho que o primeiro comentário que ficou muito claro é que, por mais que haja um contrato e que seja lícito, ainda me dói no ouvido, quando existem pessoas que oferecem o serviço de intermediários de fundos de pensão. Parece despachante de DETRAN, de Departamento de Trânsito. Dizem: *“Deixe comigo que eu tenho os contatos lá dentro, eu resolvo tudo para você e chego com o prato feito”*.

É fruto de contrato? É. Não questiono aqui a licitude. Agora, é algo que o nosso sistema tem de avançar e tem de evoluir. Isso não pode acontecer. Eu andei



lendo aí durante o recesso vários textos que falam do jeitinho brasileiro de levar as coisas e me parece que é uma coisa típica do jeitinho brasileiro de dizer: *“Olha, eu tenho os contatos, não se preocupe que eu resolvo”*. Se vai ser com percentual, se vai ser com propina, se vai ser na base da amizade, mas eu vou estar lá, e você me manda alguns *e-mails* com o perfil técnico, como você falou, e está resolvido um investimento de 50 milhões de reais.

O engraçado, não foi o seu caso, mas já houve gente que sentou aqui e disse: *“Ah, mas esse foi um investimento pequeno, foram só 50 milhões, 60 milhões, 70 milhões de reais”*. É claro que é pequeno, quando se compara a 2,5 bilhões na INVEPAR, 1,5 bilhão na Sete Brasil, 500 milhões de reais na OAS Empreendimentos, mas um investimento de 50 milhões de reais sem tomar os devidos cuidados? E você mesmo se mostrou surpreso e disse: *“Não, em outro fundo, eles foram mais cautelosos. Aqui comigo, não”*.

Essa é a primeira argumentação. Acho que a CPI vai se interessar muito em saber como o Sr. Mauro fazia. Que magnetismo era esse? Que poder de sedução era esse que ele tinha sobre os Fundos? Que capacidade de argumentação para convencer que, com os seus contatos ou suas *connections* lá dentro, 50 milhões viessem a ser investidos, na verdade, mais 10 milhões, 60 milhões de reais. Então, a fala que o senhor trouxe nos dá um fio do novelo para nos aprofundar nesse outro tema.

O segundo que eu gostaria de chamar a atenção é que recai sobre o Trendbank, sobre a sua pessoa, acusações gravíssimas, como, por exemplo, a do art. 172 do Código Penal, que fala da emissão de duplicatas sem lastro, que configura, no art. 172, ilícito penal. Esse talvez seja o grande motivo da sua presença aqui, porque os fundos de pensão investiram recursos superiores a 70 milhões de reais e a denúncia que está sendo fruto de investigação, ainda a ser comprovada, é que essas duplicatas eram emitidas sem lastro. Ou seja, o dinheiro dos fundos de pensão era utilizado para fazer a lavanderia de dinheiro para diversos motivos. O exemplo clássico é do Sr. Adir Assad.

O senhor já reconheceu a amizade íntima que tem com o Sr. Adir Assad. O Trendbank inclusive... O senhor falava de corridas de carro, não é isso? O



Trendbank participava com o Sr. Adir Assad de campeonatos de Stock Car ou coisas desse tipo?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Nós fizemos patrocínio de Stock Car, mas é coisa de mais de 10 anos atrás, se não me engano. Nós fechamos alguns patrocínios de Stock Car, e, enfim, isso entrou numa programação de mídia que transcorreu por um determinado período. Não posso lhe precisar detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não faz tanto tempo assim. Mas, só para saber se o senhor reconhece, aqui está a foto do carro. Seria esse aqui o carro da Stock Car com o patrocínio do Trendbank?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Foram alguns. Não foi um só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Onde o Adir Assad, Presidente da Rock Star, e o ex-piloto Murillo Macedo formam a equipe J. Star Racing, que compete na categoria de acesso à Stock Car. O senhor confirma esse patrocínio?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Eu confirmo. E esse nosso contato era maior com Murillo Macedo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E o quê?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - O nosso contato na época era com Murillo Macedo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E com o Adir Assad.

Segundo, um dos temas controvertidos aqui é a respeito dessas duplicatas sem lastro e sem assinatura, que o senhor alega que não comprava o crédito da Rockstar, como foi dito aqui pela Deputada e por outros Deputados, mas das empresas. Esta nota fiscal aqui da Rockstar, que foi descontada no Trendbank, o senhor reconhece?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Desculpe, Sr. Presidente, são milhares de notas fiscais. Eu não tenho a menor condição de reconhecer isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo, mas essa é uma delas, das que foram descontadas lá. E o que chama a atenção? Aqui não tem a assinatura do sacado. Perdão, duplicata.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Aqui geralmente é um aceite que ocorre. O sacado fica aqui. Um aceite é quando o devedor confirma a dívida. Em empresas dessa grandeza, não há aceite. A pessoa faz a confirmação via telefônica, por *e-mail*, mas é raríssimo, não é um hábito de mercado esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Espera aí. Não é assim, não. A duplicata aqui é da construtora Andrade Gutierrez. A Sônia, que é uma das laranjas do Assad, inclusive também parece que foi presa ou não na Lava-Jato. Foi presa também. O Delegado Tácio, da Polícia Federal, que faz parte da nossa consultoria, ali confirma. Ela é quem assina pelo emitente. Agora, esse é o grande questionamento. Dos relatórios que a nova gestão preparou, já se tem conhecimento de que muitas dessas empresas estão negando, porque essa duplicata era para ter vindo acompanhada inclusive... Se for assim, confirme; se não for, corrija-me. Essa duplicata deveria vir acompanhada de um contrato de prestação de serviço, dizendo especificamente a que se referia ela. Confirma?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - As duplicatas da Rockstar, do Sr. Adir Assad, que o Trendbank fez a compra, esses contratos de prestação de serviço tem cópia? O senhor foi o fiel depositário ou sabe se na empresa tem arquivada a cópia desses contratos?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Na medida em que essas operações foram totalmente liquidadas por todos os partícipes... Elas começaram conosco. Da gente, elas passam para o administrador e do administrador elas passam para o custodiante, que na época era o Santander. O dinheiro é liberado mediante a conferência de tudo isso. Essa é a resposta que posso lhe dar. Se não tiver havido a conferência, o dinheiro não deveria ter sido liberado. E, se ele foi liberado sem conferência, ele será responsável pelo processo que está sendo movido neste momento e o dinheiro voltará aos cotistas do fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Estão sendo responsabilizados. A informação que nós temos é que muitos dos emitentes dessas



duplicatas estão negando a prestação de serviço aos sacados desta duplicata.

Reportou-se aqui à CPI do Cachoeira. O senhor a acompanhou à época, via informações, sabia que o Adir Assad foi citado — e a empresa Rock Star também — na CPI do Cachoeira? O senhor era próximo dele, amigo, como já disse aí, e lê jornal todo dia. Estou perguntando mais por desengargo de consciência. Mas o senhor o conhecia, não é?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Sim, fiquei sabendo. Eu não sou amigo do Adir. Conheço o Adir por contatos pontuais, como eu lhe falei. Não sei nem onde o Adir mora, não sou um amigo íntimo dele — longe disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato. É só patrocinador.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Fui patrocinador. Enfim, eu tinha inúmeros clientes dos quais eu não sou amigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Agora, não lhe chamou a atenção, ou seja, não despertou no Trendbank o sentimento de que, após a citação de que o Adir Assad lavava dinheiro através das suas empresas, com a emissão de notas frias, de recuar nessa relação com ele?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Mas eu acredito que nós recuamos nessa relação com ele a partir daí. Isso deve ter sido anterior a essa publicidade toda. Não posso lhe precisar as datas, mas acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas eu posso lhe precisar a data: a CPI do Cachoeira foi em 2012, e a data de emissão dessa duplicata, se o senhor puder fazer a leitura, por favor, da data...

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - É claro: 3 de abril de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi em 3 de abril 2013, já após a CPI do Cachoeira. Ou seja, são cautelas, Sr. Adolpho; na nossa condição de investigar, são elementos que começam a formar convencimento. Logicamente, seu depoimento se encerrará daqui a pouco. O senhor está sob juramento. A presunção é que tenha falado a verdade, mas as contradições que ficam aqui deixam muitos elementos para que o próprio Relator e os demais membros possam fazer o confronto com os documentos que temos em nossa posse e que amanhã podem



desaguar para possíveis indiciamentos, até mesmo, como eu falei, em virtude do art. 172 do Código Penal, que fala do ilícito sobre a emissão de duplicata sem lastro.

Esse é um exemplo, mas a informação que a CPI tem — e ela está fazendo um levantamento dessa documentação — é que outras duplicatas como essa, sem assinatura do sacado, sem o contrato de prestação do serviço que deveria acompanhá-la, que hoje estão sendo recusadas dão um claro indício de que o FIDC do Trendbank acabou sendo utilizado por outras empresas para fazer lavagem de dinheiro, dinheiro que foi usado para pagamento de propinas, como divulgado pela Operação Lava-Jato. A face mais cruel de tudo isso é que não era dinheiro de governo; era dinheiro de aposentado. (*Palmas.*)

Infelizmente, já sabemos como dinheiro de governo é tratado: é como se fosse dinheiro de ninguém. Mas isso não era dinheiro de ninguém; isso era dinheiro de aposentado, e os fundos de pensão acabaram arcando com uma parte extremamente representativa desse déficit, que esperamos que de alguma forma seja recuperado.

O senhor falou que, dentre os movimentos de cobrança que estão sendo feitos agora, sabe-se quem tem e quem não tem que devolver algo. Quem estaria nesse rol dos que estão devendo ao Trendbank e que amanhã poderiam ser os responsáveis por ressarcir esse prejuízo dos fundos? O senhor pode citar uns dois ou três exemplos?

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - É difícil citar nomes específicos neste momento, até por ser um universo relativamente grande. Mas o senhor pode verificar nesse trabalho que nós encaminhamos à CVM, por exemplo, diversas reclamações de diversas pessoas que deviam ao fundo, que abordavam um novo gestor, que insistiam em fazer acordos para pagamento e que não tinham resposta nenhuma, que não eram recebidos. A coisa não estava... Foi dito por eles, não está sendo dito por mim. Isso tem cartas, estão anexas ao nosso trabalho da CVM. Nós anexamos essas cartas. O cara dizia: *“Eu não sei quem procurar, eu não sei a quem me dirigir. Eu quero sentar, fazer um acordo para pagar. Eu não estou conseguindo, não tenho acesso”*. E eu tenho inúmeras, inúmeras. Cito um caso, faço questão de citar um caso: Brinquedos Estrela, que me ocorreu agora, era um grande devedor do fundo, um cliente absolutamente impecável. Ele fez uma proposta de



provimento absolutamente ridícula. Não foi negociada; ela foi aceita — ela foi aceita. Ele saiu rindo. Isso é um caso específico, está relatado aí no trabalho da CVM. Agora, eu não estou aqui para fazer críticas a ninguém, mas, enfim, foi o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu requereria ao senhor que esse documento que foi encaminhado à CVM possa ser encaminhado também à CPI, porque seria interessante para complementar a sua defesa oral, o seu testemunho oral, o que foi dito aqui, porque há graves indícios que podem apontar para a prática de crimes. Esses documentos, se acompanharem a sua fala, irão reforçar a sua defesa para saber se serão capazes de firmar o convencimento do Sr. Relator ou não.

O SR. ADOLPHO JÚLIO DA SILVA MELLO NETO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço, portanto, a colaboração do Sr. Adolpho Júlio da Silva Mello Neto.

A deliberação de requerimentos ficará para a próxima reunião, na quinta-feira.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião, a realizar-se no dia 18 de fevereiro, às 9h30min, no Plenário 5 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados, para a oitiva do Sr. Eduardo Adriano Koelle, CEO do BNY Mellon, banco de Nova York com sede no Brasil, e, se confirmada a presença, após o falecimento da irmã, no dia de hoje, do Presidente da Engevix, em prisão domiciliar atualmente, Sr. José Antunes Sobrinho.

Está encerrada a presente reunião.